



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 2/2022

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETÚBAL
Realizada em 11 de março de 2022

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

A - VERIFICAÇÃO DE PRESENÇAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Nuno Miguel da Costa Gabriel e Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Fernando Miguel Catarino José, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques e Paulo Sérgio Calado em substituição da Sra. Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 e 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes e Maria João Teigas Santos Palma, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 e 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, António Miguel da Costa Ferreira, conforme documento registado sob o n.º 6, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa, tendo sido substituído por Isabel da Conceição Gomes Martins de Aguiar Quadros, conforme documento registado sob o n.º 7, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da União das Freguesias de Setúbal, Rui Manuel do Rosário Canas, tendo sido substituído por Maria Luís Alves da Silva Nunes, conforme documento registado sob o n.º 8, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição a Sra. Presidente da União das Freguesias de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída por José Manuel Lima Neves, conforme documento registado sob o n.º 9, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, Luís Alberto Miranda Custódio, tendo sido substituído por Luís Alexandre Rosa Rodrigues dos Santos Espinho, conforme documento registado sob o n.º 10, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, tendo sido substituída por João Paulo de Oliveira Vieira, conforme documento registado sob o n.º 11, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado a cidadã que se segue na lista, Anita da Conceição Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve faltas.

B - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) - Interpelações ao Executivo, Recomendações e Requerimentos

Flávio Lança (IL) – No seguimento da crise internacional criada pela violação da integridade do território da Ucrânia pela Rússia e pela disponibilidade demonstrada pelo edil municipal em participar na campanha humanitária de apoio aos refugiados, pretendia questionar o executivo sobre esta problemática. Nomeadamente e muito concretamente, qual é a capacidade estimada para o número de refugiados a acolher e que instalações e qual a capacidade instalada em número para acolher os refugiados nas várias vertentes, seja o número de alojamentos, o número de vagas em escolas e outras que o município já tenha disponível e esteja a planear.

Vitor Rosa (BE) – Em 19 de novembro de 2021, esta assembleia discutiu a atualização da Estratégia Local de Habitação e nela se falou dos investimentos e decisões sobre um vasto conjunto de medidas a serem tomadas sobre os problemas da habitação em Setúbal, estamos em março de 2022 e pouco se sabe sobre o que tem sido feito desde então. Perguntamos qual o ponto de situação dos acordos de colaboração com o IHRU relativamente a duas das medidas da Estratégia Local de Habitação, o alojamento urgente e temporário no qual estão previstas duas medidas de operação e reabilitação de edifícios da responsabilidade do município e uma de propriedade do Estado, para a criação de 35 alojamentos integrando os sem abrigos e as vítimas de violência doméstica.

Estamos a falar de um investimento previsto de 4.000.670,00 € e qual o ponto de situação sobre os moradores da Quinta da Parvoíce.

Paulo Lopes (PS) – Senhor Presidente da Câmara, no passado dia 7 de março, realizou-se uma vigília ecuménica pela paz na Igreja de Santiago no Castelo de Palmela. Tratou-se de um evento que visou, entre outras razões, solidarizarmo-nos com a população civil que sofre na Ucrânia com esta guerra, mas também com a comunidade médica a atuar na Ucrânia e que tem sofrido ataques hediondos, como foram os ataques perpetuados a hospitais e maternidades que todos tivemos conhecimento.

Este evento teve o apoio, na sua organização, da Ordem dos Médicos, do Centro Hospitalar de Setúbal, da Liga dos Amigos do Hospital de São Bernardo e da Câmara de Palmela. Estivemos presentes neste evento e chegou ao nosso conhecimento a informação de que a Câmara Municipal de Setúbal foi convidada a associar-se à organização desta tão meritória iniciativa, tendo mesmo sido incompreensivelmente recusado. Gostaria que o Sr. Presidente confirmasse a veracidade destas informações e quais as razões da sua decisão.

Francisco Cabral (PSD) – Questionava novamente o executivo, como já o tinha feito na Assembleia Municipal de 10 de dezembro do ano passado, devido à ausência de resposta, sobre quais as medidas para mitigar alguns materiais desgastados e algumas más condições que se encontram na Escola Básica do Alto da Guerra, do Agrupamento de Escolas Luísa Todi.

João Luz (CDU) – Duas questões, uma já foi colocada e, portanto, irei resumir, primeiro saudando a iniciativa do município na disponibilidade do apoio às vítimas da situação que se vive na Ucrânia, perguntar no concreto qual o ponto de situação deste auxílio e que medidas, em concreto, estão a ser tomadas.

A segunda questão prende-se com o tema da saúde aqui no concelho de Setúbal. Fomos habituados, ao longo dos últimos tempos, a ser informados relativamente a matérias relativas ao Serviço Nacional de Saúde por parte de eleitos, deputados na Assembleia da República do Partido Socialista, que têm feito esse gentil serviço de informar, via comunicação social, sobre procedimentos contratuais. Qual o ponto de situação das várias questões, provavelmente pelas circunstâncias em que a Assembleia da República está a funcionar hoje, portanto, ainda sem tomar posse para a nova legislatura, porque não temos tido esse serviço prestado pelos eleitos do Partido Socialista na Assembleia da República. Questionava a Câmara Municipal se relativamente ao Centro Hospitalar de Setúbal e às matérias relacionadas com o Serviço Nacional de Saúde aqui no concelho, se existem novidades, até face às diligências que o município tomou junto da Administração Central.

Manuel Esteves (PS) – Senhor Presidente, as minhas preocupações prendem-se, também, um bocado com a minha aldeia de Vendas de Azeitão. É uma aldeia típica, uma aldeia antiga, uma aldeia que merece mais atenção do que tem sido dada até então. Começava por chamar aqui à atenção de dois ou três pontinhos, no cruzamento principal de Vendas de Azeitão, na Rua do Poço, tem uns pinos que estão ali a perturbar o circuito do tráfego, que ultimamente tem sido cada vez maior dentro da minha aldeia. Não custava nada, porque já não fazem lá falta aqueles pinos, recuar os pinos, pelo menos, uns 30 cm ou 40 cm para dar azo a que os carros se cruzem uns com os outros. Tenho aqui fotografias, se quiser até lhe posso enviar para confirmar aquilo que estou a dizer.

Também quero-lhe dizer que na Estrada 25 de Abril há dois contentores do lixo no cruzamento da Rua dos Trabalhadores da Empresa Setubalense com a COSIDER que estão no seu lugar, mas têm dentro da estrada as rodas que têm mais de 30 centímetros no círculo onde os carros passam, ou seja, na estrada. Aquilo parece impossível nos dias de hoje, mas o que é certo é que está lá e que qualquer pessoa distraída, mais dia, menos dia vai criar ali alguns acidentes. Deus queira que não, mas tudo indica que poderá acontecer. Há munícipes que vieram ter comigo para apresentar nesta assembleia esta questão para ver se era atendida. Há imensos pedidos de contentores para reciclagem e na Rua do Olivalinho, mesmo em frente ao cemitério, estão lá 3 ou 4 contentores do lixo, e era de bom agrado se houvesse a possibilidade de pôr lá uns contentores para reciclagem, uma vez que os munícipes da aldeia antiga, estou a falar da estrada sempre para cima, também querem entrar nesta situação de fazer a sua reciclagem.

Paula Soeiro (PSD) – Para além de outros problemas relativamente à regulação do trânsito no concelho de Setúbal, trazemos aqui um exemplo do que consideramos mau planeamento e da funcionalidade do que significa uma placa giratória, que é a intervenção na Avenida dos Ciprestes, que, para além do estreitamento da via, permite o atravessamento nos dois sentidos no acesso à Quinta da Boa Esperança e ao número 128. Estas situações, para além de serem causadoras de constrangimento na fluidez e segurança no trânsito, também são igualmente discriminatórias no acesso de moradores e comerciantes, nomeadamente do Bairro de São Gabriel e da Rua Pier Baldi a ponte. Pergunta-se, qual é o fundamento dos dois atravessamentos na Avenida dos Ciprestes e, quais são os constrangimentos que impedem a conclusão das intervenções na placa giratória a norte que dá com a Rua das Galroas?

Ilídio Ferreira (PS) – Eu e o meu camarada Esteves prometemos aqui, algum tempo, que até que as entidades que têm responsabilidades sobre o Parque da Arrábida se ponham a caminho, traremos sempre aqui o assunto da Herdade da Comenda. Para, eventualmente, aqueles que acham que já é demais, as nossas desculpas pela insistência, mas prometemos e temos que cumprir.

Temos a esperança de que a Comissão Eventual possa vir a fazer um trabalho proveitoso nesta área, nomeadamente, no levantamento de quais as ilegalidades cometidas, quais as medidas já tomadas e quais podem ser tomadas. Isto, uma vez que o ICNF parece que, aos cidadãos que apresentam as suas queixas e

as suas reclamações, não dá muita importância, talvez com Comissão Eventual muda. Agora estou preocupado, porque a Comissão Eventual está com alguma dificuldade, pelos vistos, em arranjar datas para fazer reuniões. Quem gostar de conspirações pode começar a achar que há aqui uma grande conspiração a atravessar todo este espectro, porque andamos a falar de uma comissão eventual há três meses, pelo menos, desde que trouxe aqui a proposta da sua criação.

Ora bem, gostava de dizer ao Sr. Presidente, com quem temos insistido com esta matéria, que o problema da Herdade da Comenda, para nós, não é só o Parque de Merendas, obviamente que o Parque de Merendas é o que dá nas vistas, porque as pessoas usufruíam dele, mas é muito mais vasto que isso. Para nós as vedações ilegais, os caminhos públicos cortados, as movimentações de terras, tudo ilegal face ao regulamento do Parque Natural da Arrábida, o que é de uma gravidade tão grande o que está a ser feito com o Parque de Merendas. Coloco aqui a seguinte questão a esta assembleia e ao Sr. Presidente, se todos os proprietários de terrenos de Setúbal, do concelho de Setúbal, e em particular das reservas naturais do Estuário do Sado e o Parque Natural da Arrábida resolvessem vedar as suas propriedades com arame farpado, como fez o proprietário da Herdade da Comenda, o que é que seria deste concelho? Qual seria a capacidade de movimentação das populações deste concelho ou ficávamos cercados todos de arame farpado? Os núcleos urbanos do Parque Natural da Arrábida, que conheço bem, garanto-vos que ficavam sitiados. Não é hoje aceitável o comportamento na Herdade da Comenda, não é aceitável no século em que estamos.

Gostaria de referir que por Portugal inteiro, por Portugal inteiro, a grande maioria dos percursos pedestres, e hoje os percursos pedestres tem um papel importantíssimo em termos turísticos, nomeadamente no interior do país, a grande maioria são feitos por terrenos privados. Tenho feito percursos em que, inclusivamente, os proprietários metem portões que são fechados, abrem-nos e depois fecham-nos quando as pessoas passam por esses trilhos. Posto isto, não vamos deixar de trazer o assunto aqui e não vamos deixar de lutar para que as ilegalidades acabem e para que a legalidade seja reposta relativamente a esta matéria.

Pergunto ao Sr. Presidente duas questões, primeira, como estão os percursos pedestres criados pela Câmara com a passagem na propriedade da Herdade da Comenda? Devem estar todos eles tapados e, portanto, impossíveis de cumprir com esses percursos. A segunda questão, desde a última vez que falámos sobre este assunto se o Sr. Presidente sabe de algum desenvolvimento referente a esta matéria?

Simão Calixto (CDU) – Trazia aqui umas questões relacionadas com a juventude. Saudar, desde já, a iniciativa da Câmara Municipal na promoção do programa do mês da juventude, o m@rço.28, com um leque de dezenas de iniciativas promovidas pelos jovens e por organizações juvenis, que contam, naturalmente, com o apoio da câmara, seja financeiro ou logístico, valorizada e também muito em torno das comemorações do Dia Nacional do Estudante e do Dia da Juventude que se celebram a 24 e a 28 de março respetivamente.

Isto é a prova mais clara daquilo que tem sido a política no nosso município, de envolver os jovens na vida, na construção das suas aspirações e dos seus programas. A minha questão, como é que o executivo perspetiva continuar este grande trabalho que tem sido desenvolvido com a juventude, que tem sido levado a cabo nos últimos mandatos, e como é que ele vai continuar?

Rui Lamim (PSD) – Mais uma vez, venho recordar o número de dias desde que o Sr. Presidente inaugurou a estação rodoviária da Praça do Brasil que ainda não está a funcionar, e o número de hoje é 176 dias. Voltamos a perguntar, quando estará em funcionamento, qual é a data?

Senhor Presidente, precisamos de transportes públicos que funcionem mais do que grátis para a população mais nova ou para a população mais idosa, necessitamos transportes públicos que possam responder adequadamente às necessidades da população, tanto mais que o extraordinário aumento dos combustíveis que torna ainda mais difícil o uso do transporte particular. Senhor Presidente, precisamos de mais transportes públicos que funcionem, que cheguem a horas e que passem com frequência.

b) - Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Vou tentar responder dentro do tempo que está atribuído à Câmara Municipal, pelo menos, a algumas das questões que foram colocadas pelos senhores deputados municipais.

Começava por referir que nas questões colocadas pelo senhor deputado da Iniciativa Liberal e também pelo senhor deputado da CDU, João Afonso, no que diz respeito ao conflito da guerra em que envolve a Rússia e a Ucrânia, naturalmente que a Câmara Municipal entendeu que deveria manifestar a sua solidariedade para com os refugiados de guerra e manifestar a sua disponibilidade para receber no Município de Setúbal alguns refugiados. Manifestou essa disponibilidade, em primeiro lugar, ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, e numa segunda fase, numa fase de organização que, também, a Câmara Municipal está a promover com organizações não-governamentais do concelho de Setúbal e também com o Alto Comissariado das Migrações e com o SEF. Há um conjunto de trabalho que está a ser desenvolvido e foi criada uma linha de atendimento a quem queira dar informação ou pedir informação sobre esta situação.

Muito sinteticamente, porque o tempo é muito limitado, direi que neste momento, no que diz respeito à capacidade disponível, a Câmara Municipal dispõe de alojamento para 25 pessoas e as organizações não-governamentais têm para outras 25 pessoas. Naturalmente que estamos numa primeira fase e haveremos de avaliar com as entidades competentes, a nível nacional, que estão a acompanhar este processo e com as quais acompanharemos, também, essa evolução.

Também dizer que a Câmara Municipal foi contactada por uma organização aqui do município, designadamente a paróquia de Nossa Senhora da Conceição, no sentido de também contribuir para o apoio às populações da Ucrânia. A Câmara Municipal adquiriu um conjunto significativo de meios alimentares não perecíveis e de medicamentos, entregou e participou, também, nessa iniciativa. Estamos a acompanhar todo este processo e disponíveis para, quando assim for solicitado, tomar as medidas no sentido dos apoios como em relação ao alojamento.

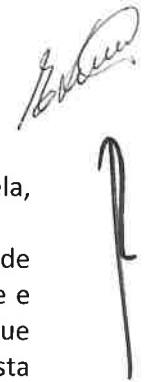
Quero, também, dizer que neste conjunto de organizações que estão envolvidas neste processo, incluindo também todas as juntas de freguesia do nosso concelho, que há um levantamento de cerca de 200 refugiados da Ucrânia que já estão no concelho de Setúbal e que estão alojados em casas de famílias e amigos ucranianos. Isto para dizer que ainda não recebemos aqui nenhum pedido concreto de alojamento e, neste momento e nesta fase, esta situação está neste pé que referi.

Senhor deputado do Bloco de Esquerda, naquilo que questionou relativamente à Estratégia Local de Habitação, dizer que tivemos há cerca de 15 dias uma reunião com a direção do IHRU, esteve cá a Sra. Presidente, foi-lhe apresentado no conjunto das candidaturas que são conhecidas um ponto da situação dos projetos que a Câmara Municipal está a desenvolver e das iniciativas dos compromissos que estabeleceu com o IHRU relativamente a esta matéria, em concreto, naquilo que é o acordo de parceria entre a Câmara Municipal e o IHRU.

Quanto ao realojamento ou de quem vive na Quinta da Parvoíce, a Câmara Municipal está com grandes dificuldades em encontrar as soluções de realojamento temporário dos moradores, porque a lei e os regulamentos a que o IHRU está obrigado não permitem agilizar aquilo que foi numa primeira fase um compromisso de prosseguirem com facilidade. Confrontados com esta situação, que foi colocada à Sra. Presidente do IHRU, foram postas aqui algumas soluções que estão a ser estudadas, em termos orçamentais, para em conjunto se encontrar uma saída para resolver este problema que, como sabemos, depois passará por construção nova para o alojamento destas famílias.

Também a mesma situação relativamente às pessoas vítimas de violência doméstica, esses projetos estão todos em desenvolvimento e com o objetivo de as candidaturas, naquilo que está já anunciado, poderem em tempo próprio virem a ser concretizadas.

O senhor deputado Paulo Lopes, relativamente à questão da vigília no Castelo de Palmela, que eu saiba a Câmara Municipal não foi convidada para participar nessa vigília, apenas houve um contacto no gabinete no sentido de a câmara considerar a possibilidade de se fazer a vigília no Convento de Jesus. Da minha parte, achei que não era adequado, tendo em conta os compromissos que temos no Convento de Jesus, mas naturalmente que ficamos com toda a disponibilidade para fazer a vigília num outro espaço que fosse



considerado. Foi assim que depois, mais tarde, vim a saber que se tinha realizado a vigília em Palmela, ainda bem que assim aconteceu, agora convidados para participar na vigília, não fomos.

Senhor deputado do PSD, quanto à escola do Alto da Guerra, a situação é que temos esse compromisso de construir uma nova escola e é nisso que estamos a trabalhar e, portanto, quanto à situação que refere e que já tive oportunidade de ler o requerimento que fizeram, naturalmente que vamos responder, porque não tenho, neste momento, informação sobre as características do espaço, mas havemos de dar resposta ao requerimento que fez. Neste momento, o que lhe posso dizer sobre a pergunta que fez, foi que a Câmara Municipal assumiu em tempo próprio esse compromisso de construir uma nova escola e é nesse projeto que estamos a trabalhar.

Senhor deputado Manuel Esteves, agradeço mais uma vez, como tenho feito sempre, as informações que o senhor deputado aqui traz, com o objetivo de todos melhorarmos o serviço à população e ficam registadas as questões que levantou e os serviços irão avaliá-las. O senhor deputado já deve saber que, relativamente à questão dos contentores de reciclagem, é um problema que temos no concelho, e é também um problema da Península de Setúbal, porque depende sempre da AMARSUL estar disponível para colocar os contentores onde eles são desejados, chamemos-lhe assim. Naturalmente que eles fazem a avaliação das condições e depois decidem se é adequado ou não colocar. A Câmara Municipal tem, pelo menos, algumas situações que considera que deveriam ser colocados mais contentores e não têm merecido essa atenção. Esta questão irá ser colocada a AMARSUL.

Senhora deputada Paula Soeiro, relativamente à questão da Avenida dos Ciprestes não lhe sei responder exatamente à questão que colocou, fica o registo e se houver tempo passo a palavra ao senhor vereador para responder.

Relativamente ao Parque Natural da Arrábida e à Comenda, senhores deputados, como já tive oportunidade de explicar aqui à Assembleia, alguns meses atrás, houve um compromisso de ter reuniões com as várias entidades que têm responsabilidades na gestão do território do Parque Natural da Arrábida, o Instituto da Conservação da Natureza, a Direção-Geral do Património Cultural e a APA. Fizemos reuniões com estas três entidades que têm responsabilidade na Administração Central de zelar por este património e por fazer cumprir as regras e as leis que existem para esse efeito. O que disse na altura, depois dessas reuniões, e o que nos foi transmitido por estas entidades é que estão preocupadas em cumprir os regulamentos. Não digo mais nada, os senhores farão o entendimento que quiserem relativamente à afirmação.

Relativamente ao Parque da Comenda já sabem qual é a minha posição, do compromisso público que assumi, não tenho ainda uma resolução sobre esse assunto, ou seja, da forma como poderemos fazer aquilo que é necessário para que o Parque da Comenda tenha um uso público pela população, particularmente pela população de Setúbal e isso será feito quando tiver as condições para poder afirmar a forma como o fazer.

Quanto a outras questões que têm a ver com a Quinta da Comenda no Parque Natural da Arrábida, o que posso dizer é que a Câmara Municipal levantou todos os autos devidamente fotografados, documentados e acionou os mecanismos que são, nestas circunstâncias, adequados. A única coisa que posso dizer é que já tive reações do Ministério Público pedindo informações à Câmara Municipal sobre este processo e, portanto, acredito que este processo está a seguir os procedimentos normais com a intervenção do Ministério Público.

Relativamente à questão da Praça do Brasil, já é a segunda ou terceira vez que o senhor deputado coloca a questão e volto a responder da mesma forma, o interface é um investimento extraordinário que a Câmara Municipal fez em Setúbal e há de vir melhorar as condições de operação e de funcionamento de todos os transportes públicos da cidade, beneficiando os cidadãos, os que cá vivem e os que nos visitam. O interface só será aberto ao público quando estiver resolvido o problema da rotunda, também já tive oportunidade de explicar quais as razões por que se tem atrasado a obra da rotunda. Tudo está a decorrer dentro de uma certa normalidade, sobre a qual também já tive oportunidade de explicar a razão dos atrasos que as empresas têm tido devido a problemas dos empreiteiros e subempreiteiros por causa do covid e, também, um problema de uma infraestrutura que foi encontrada na Praça do Brasil e que teve de ser dirimido com a EDP. Neste momento essas questões estão ultrapassadas e o que posso dizer para

concluir, senhor presidente peço desculpa e obrigado por permitir o uso deste tempo em excesso, é que ainda ontem tive uma reunião com a AML e com os presidentes das câmaras do grupo 4, de que Setúbal faz parte, e tudo está a ser tratado para que no dia 1 de junho possamos inaugurar os novos autocarros a circular em Setúbal e estaremos a atingir uma outra fase de satisfação das necessidades de quem procura mobilidade em transporte coletivo, e neste caso, em termos de transporte público no concelho de Setúbal.

Presidente da Mesa – Peço desculpa, mais uma vez, de estarmos aqui a fazer este papel de difícil de arbitragem em deixar acabar as respostas do Sr. Presidente, provavelmente teremos que rever a grelha nesta parte, porque não se justifica haver questionamentos ao executivo e depois ter que cortar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, porque não vai ter tempo em 10 minutos de responder àquilo que foi perguntado em muito mais tempo.

Provavelmente teremos que reapreciar esta questão só nesta grelha para dar algum tempo para não estarmos, constantemente, a ter que ultrapassar o tempo, porque depois o rigor para com o resto das intervenções também se pauta pelas condescendências que vamos tendo.

1. **Interpelação ao Executivo sobre “Condições do parque escolar do município – Questões sobre um estabelecimento específico, a saber a Escola Básica do Alto da Guerra, Agrupamento de Escolas Luísa Todi” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Presidente da Mesa – As questões que tinham sido colocadas por escrito de perguntas ao executivo sobre o Parque Escolar e a Escola Básica do Alto da Guerra e a Crise Humanitária colocadas respetivamente pelo PSD e pela IL, estão englobadas nestas respostas e é do conhecimento da Câmara Municipal e do Sr. Presidente.

2. **Interpelação ao Executivo sobre “Crise Humanitária” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Presidente da Mesa – Já foi aqui respondido pelo Sr. Presidente da Câmara.

3. **Recomendação “Pela comparticipação de 100% no Transporte Escolar no Ensino Secundário” (PAN)** (conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Vanessa Silva (CDU) – Queremos apenas fazer uma observação, este tipo de recomendação que, no fundo, vem recomendar aspetos que a Câmara Municipal de Setúbal já se encontra a desenvolver, não nos parece um modelo extraordinário, mas tendo em conta que acompanhamos as questões que aqui estão colocadas votaremos, naturalmente, a favor, como já referi na anterior reunião da Assembleia Municipal. Também sabemos que a Câmara Municipal de Setúbal se encontra já a fazer o conjunto de procedimentos para garantir que o Decreto-lei 21/2019, nomeadamente no que diz respeito ao regime de transportes escolares, seja concretizado, aliás, o Decreto-lei suspendeu esta parte e fez repriminção das normas anteriores. Só fazer este apontamento.

Rui Lamim (PSD) – Esta proposta foi apresentada na última reunião, baixou à Comissão, a qual deu o parecer por unanimidade. A proposta é efetivamente boa, os transportes gratuitos para este tipo de população são uma mais-valia para a cidade, é algo que é extraordinário, é muito bom para aquilo que se pretende como a nova civilização, a civilização que usa os transportes. No momento em que estamos, e referi há bocado o aumento dos combustíveis, o transporte individual deixa de ser atrativo ou torna-se um peso extraordinário nas famílias, pelo que, esta moção calha perfeitamente no momento exato.

Aproveitando aqui este tema, atrever-me-ia a sugerir ao executivo a utilização do transporte ferroviário da cidade. Há muitos anos atrás, tínhamos apeadeiros nas Fontainhas, na Pedra Furada e na Cachofarra. Porque é que me recordei deste facto? Porque li no “Setubalense” uma entrevista que o Sr. Vereador deu acerca da Mobilidade e da ideia de levar o comboio mais próximo do politécnico. É obviamente uma boa ideia. Em tempos idos haviam estes apeadeiros, os quais poderiam ser úteis para a população, temos uma via férrea na cidade, porque não utilizá-la?

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Recomendação** “Pela Coordenação do Apoio Local à Comunidade Ucraniana e aos Refugiados da Guerra” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Mário Lança (PS) – A nossa recomendação é obviamente indissociável do bárbaro ataque militar da Federação Russa contra a Ucrânia. O caminho para a prosperidade é impossível sem diálogo, sem liberdade, sem democracia e sempre pela paz, nunca pela guerra. Não basta dizer que somos pela paz e contra a guerra sem denunciar os ataques aos direitos humanos, os bombardeamentos aos hospitais e equipamentos civis, é necessário agir.

A República Portuguesa tem cumprido o seu papel nesta matéria, a nossa Câmara Municipal também tem o dever de o cumprir, assim, a Assembleia Municipal delibere condenar a invasão das tropas russas à Ucrânia e apelar ao cessar-fogo imediato e ao restabelecimento da paz.

Recomendar à Câmara Municipal que, em articulação com a Proteção Civil, juntas de freguesia e sociedade civil assuma a responsabilidade de coordenação e concentração do apoio local à comunidade ucraniana, nomeadamente, a nível logístico e em estreita articulação com as diferentes entidades e movimentos.

Recomendar à Câmara Municipal a criação de um plano municipal de apoio ao acolhimento e integração dos refugiados que cheguem ao concelho de Setúbal.

Joana Tomé (CDU) – A bancada da CDU é favorável a esta moção, mas queremos deixar apenas duas notas. A primeira, é que os líderes da União Europeia que aqui se louvam nesta moção, são os mesmos que noutros conflitos fecharam fronteiras, que em 2014 patrocinaram o golpe de Estado na Ucrânia e que apostam na militarização da União Europeia.

Em relação ao conteúdo deliberativo, o ponto 2 delibera uma recomendação à Câmara Municipal para que esta assuma o apoio local à comunidade ucraniana e como vimos, no período de resposta às questões colocadas ao executivo, o caminho está a ser feito e está tudo a andar, portanto, não nos parece necessário haver este ponto.

Nuno Gabriel (CH) – Em relação à recomendação aqui trazida pelo PS, nomeadamente às duas recomendações, a bancada do CHEGA votará favoravelmente.

Queria só lembrar, que nem era para intervir, mas depois da intervenção do membro da bancada da CDU, não estamos a discutir a Jugoslávia, é isto que estamos a discutir e nesse sentido centremo-nos nisto.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minua.

5. **Recomendação** “Solidariedade com o povo ucraniano, pela implementação urgente de medidas para apoio e receção a pessoas refugiadas e de sanções contra a oligarquia russa” (BE) (conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paulo Lopes (PS) – Quero pedir ao Bloco de Esquerda que, no ponto deliberativo número 3, onde diz “expropriar os bens”, acho que expropriar implica outras questões que não deveriam estar aqui, não devia constar esta palavra. Julgo que suspender a atribuição de vistos Gold, congelar os bens que detém o

território nacional, expropriar pressupõe uma indemnização inclusivamente aos visados, portanto, acho que não faz sentido e peço ao Bloco que pudesse retirar esta palavra.

O ponto 4, que insta as autoridades europeias a tomar medidas efetivas que impeçam o financiamento do esforço de guerra russo, é o que está a ser feito, penso eu, é uma redundância, mas seja como for a parte que nos move é a parte expropriar que julgo que não faz sentido.

Nuno Gabriel (CH) – Estivemos aqui nesta mesma sala, há 14 dias atrás, se as contas não me falham a 25 de fevereiro, em que havia uma moção de reconhecer o território ucraniano como soberano e em que apelava à solidariedade para com esse mesmo povo. O Bloco de Esquerda votou contra, o Bloco de Esquerda votou contra nesta mesma sala e o que vejo desta recomendação que a bancada do CHEGA vai votar favoravelmente, porque somos assim, não metemos questões ideológicas à frente daquilo que são os direitos humanos e afins. Não entendo, aliás, vou tentar explicar porque é que há aqui um género de pirueta nesta mudança radical bem ao nível daquilo que é o Bloco de Esquerda, apresentando esta recomendação hoje. Na minha opinião, isto vem de um desnorte interno...
Um bocadinho de silêncio. Senhor Presidente não consigo..

Presidente da Mesa – Senhores deputados, agradecia silêncio para que estas intervenções se possam ouvir.

Nuno Gabriel (CH) – É que gostaria de salientar aqui, porque as coisas são o que são e não estou aqui a inventar nada, nem é esse o meu propósito.

Trata-se, sim, de uma pirueta de um partido que está em desnorte, talvez por ter passado de 19 deputados para 4 e que, na realidade, é também um partido... Não deve ter medo das palavras, porque isto é um facto real, dá guarida a criminosos. Dá guarida a criminosos, porque nas últimas autárquicas e falo só no distrito de Setúbal, nem me vou alongar pelo país, tivemos um membro na Assembleia de Freguesia de Santo António, no Barreiro, que foi condenado a 17 anos de prisão efetiva, depois amnistiado, e que ainda hoje faz parte da Assembleia de Freguesia, não sei se foi eleito, mas foi inclusive líder da concelhia do Barreiro. Este é o Bloco de Esquerda, talvez por isto, eleição após eleição, tem-se verificado aquilo que é uma descida muito acentuada e que terminará, obviamente, com o fim.

João Luz (CDU) – Esta recomendação que o Bloco de Esquerda aqui nos traz coloca-nos algumas questões. A primeira prende-se com uma questão de forma, e já não é o primeiro documento que, em nosso entender, sofre deste problema, tendo em conta que as moções são compostas por considerandos e por um conteúdo deliberativo. O Bloco de Esquerda coloca aqui, acontece o mesmo nesta sessão com outras recomendações e moções de outras forças partidárias, à assembleia perante a possibilidade de votar sobre aquilo que ele entende ou deixa de entender sobre as matérias. A bancada da CDU não se sente confortável para votar um texto que refere que o Bloco de Esquerda considera isto ou aquilo. Não sei se as outras bancadas estão à vontade para o fazer, nós entendemos que não nos devemos imiscuir naquilo que é a opinião e as opções políticas do Bloco de Esquerda.

Relativamente ao conteúdo deliberativo, o ponto 1 e o ponto 2, persistem na mesma questão da recomendação anterior que é recomendar aquilo que, em concreto, já está a ser feito. Estamos inteiramente de acordo, não temos nenhuma matéria que nos distancie disto, consideramos apenas que é uma matéria, enfim, até de algum oportunismo, tendo em conta as explicações que já aqui foram dadas e aquilo que é o trabalho que tem vindo a ser feito e conhecido.

Em relação ao ponto 3 e ao ponto 4, entendemos que o Bloco de Esquerda presta aqui um mau serviço e aponta para um caminho do agravamento da escalada e da confrontação entre as forças em presença. Entendemos que se deve procurar precisamente o inverso, procurar soluções e caminhos para a paz e não caminhos que apontem para um processo de mais sanções e por aí fora. Relativamente ao ponto 4, em concreto, estamos de acordo, mas é que impeçam o financiamento do esforço de guerra, todo ele, não apenas de um, mas de todos os lados presentes no conflito. É esse o entendimento que temos enquanto força que defende a paz de forma objetiva, independentemente das forças em presença.

Flávio Lança (IL) – Queremos propor, da mesma forma que a bancada do PS fez, retirar a palavra “expropriante”, porque estamos aqui perante uma questão que, provavelmente, até legal, mas expropriar sem existir um pagamento, parece-nos que não é possível, e transformar bens dos oligarcas russos em dinheiro, também, parece que, se calhar, não é a melhor solução.

Paulo Lopes (PS) – Só para esclarecer o deputado João Afonso Luz, que tanto na moção do PS, como agora na do Bloco de Esquerda, e julgo que todas as outras foram entregues na quarta-feira, dia 9. Na quarta-feira, dia 9, a Câmara Municipal ainda não tinha, pelo menos, assumido publicamente o que estava a ser feito, portanto, quando diz que estamos a apresentar oportunisticamente propostas que já estão a ser implementadas pela câmara, digo que não, não é verdade. Quanto muito a câmara é que está a ir atrás daquilo que os partidos apresentaram, porque na última reunião de câmara, os vereadores do Partido Socialista apresentaram uma solução similar e o Sr. Presidente disse que não era responsabilidade da câmara e de alguma forma até chutou para o lado para as responsabilidades do Governo. Está gravado, são as vantagens de ter estas sessões e outras gravadas em vídeo. Era só para esclarecer isto.

Vítor Rosa (BE) – Relativamente à questão da “expropriação”, ou temos presente de que é através destas fortunas dos oligarcas que se chega ao apoio financeiro de Putim e à sua invasão contra a Ucrânia ou então estamos aqui a suavizar o papel desses oligarcas.

Relativamente à questão da “expropriação”, isto parece que incomoda alguma coisa.

Quanto às questões aqui colocadas pelo deputado João Afonso Luz julgo que são meramente burocráticas, se não vejamos, parece que o Bloco está aqui e temos que ir atrás dos considerandos, mas pergunto, quando se diz aqui, “*considerando que é preciso travar a invasão da Ucrânia*”, se a CDU não está contra ou se não está a favor de travar esta invasão. Se constatamos que, no dia 24 de fevereiro, as tropas da Federação Russa invadiram a Ucrânia, se isto é ou não é um facto? Entendemos que o Governo Português deve diligenciar para que a Ucrânia possa ter um estatuto, de facto, congénere ao da Finlândia de neutralidade, isto é uma opinião e que aí poderão não concordar, mas, todavia, julgo que é nesse sentido de procurar aqui soluções negociadas e de procurar dessa forma chegar a um bom porto relativamente a este conflito militar, com todo o peso que ele tem.

Em relação à questão do 4º ponto, que insta as autoridades europeias, já não falo das questões que sugerimos à câmara, isto é uma recomendação e a câmara aceitará ou não, e estamos no pleno direito de sugerir fazer estas recomendações.

Relativamente ao último ponto, que insta as autoridades europeias a tomar medidas efetivas que impeçam o financiamento do esforço da guerra russa, é curioso a CDU vir dizer que parece que temos medo de impor sanções à Rússia.

Manteremos na íntegra esta proposta, esta recomendação e cada um, também, assumirá as suas responsabilidades políticas sobre o seu voto.

Presidente da Mesa – O proponente mantém a proposta como foi inicialmente apresentada.

João Luz (CDU) – O Bloco de Esquerda bem sabe a quem é que estas sanções doem, até porque sabem ou tem, pelo menos a responsabilidade de o saber, onde é que o dinheiro desta gente está, sejam eles os oligarcas russos ou os oligarcas americanos. Americanos não, porque os americanos não têm oligarcas, têm empreendedores, destacar aqui estas diferenças sempre de estilo. Sabe-se bem que é nas *offshore* e não é aqui que a coisa doe e isto para nós é mero folclore e é ir na conversa e na cantiga de quem pretende escalar um conflito que, em nosso entender, se deve fazer exatamente o inverso desse caminho, que é o caminho da paz. Como bem diz, cada um assume as suas posturas em termos políticos e as suas opções.

Relativamente à moção pode dizer o que quiser, mas o que está aqui escrito é claro, merece condenação sem reserva por parte do Bloco de Esquerda. Muito bem! Também merece por nós, certamente, merecerá por outros, mas a bancada da CDU não vai votar um documento que diz que merece condenação sem reserva do Bloco de Esquerda. É que isto vai ser transformado numa deliberação da Assembleia Municipal

de Setúbal, a qual vai dizer que o Bloco de Esquerda, isto ou aquilo? Ó senhor deputado, é uma questão formal, mas que da qual decorrem consequências e penso que todas as bancadas nesta assembleia se deviam pronunciar sobre esta matéria, se se sentem confortáveis ou não em votar um documento nestes termos e acontece o mesmo com outro e não é caso único.

Em relação à questão levantada pelo deputado Paulo Lopes, e ainda bem que temos as gravações das reuniões de câmara, mas ainda bem que temos o *facebook* do Município, onde toda a informação que foi aqui dada e transmitida vem lá discriminada com a data de 6 de março. Os senhores só não viram se não quiseram, têm muitas condições e formas de lá chegarem e conhecer, está tudo escrito, a questão das linhas. Mas já agora era importante, se calhar, questionar o executivo municipal sobre até as datas em que estas questões foram tratadas, de que forma é que isto tem estado a ser relacionado com o conjunto das entidades da sociedade civil, porque, os senhores sabem tão bem quanto nós, que há muito que esta matéria está a ser tratada e está a ser tratada desta forma como aqui propõem e não é nenhuma novidade.

Relativamente a esta recomendação do Bloco proporíamos que ela fosse votada ponto a ponto.

Nuno Carvalho (PSD) – Senhor deputado do Bloco de Esquerda, Vítor Rosa, a “expropriação” é um termo ou uma proposta que vocês fazem para atuar sobre os bens dos oligarcas russos? Não significa que não se queira atuar, mas tentar definir de uma forma que não é um instrumento legal apropriado, não é uma boa maneira, nesse sentido proporíamos que fosse retirado esse termo e adotasse outro, porque todos querem atuar sobre esses bens, como é evidente, isso não representa qualquer margem de dúvida.

Sobre outra questão, que até o senhor deputado João Afonso Luz fez menção, do ponto de vista formal está correto e propunha que pudesse também aceitar, porque isto é um tema que, também, não nos deve dividir e creio que as questões aqui colocadas, com certeza, que tornam a moção melhor e julgo que é esse o objetivo e deve entender estas apreciações como positivas e construtivas e não o contrário.

Presidente da Mesa – Há aqui uma pequena questão formal, a questão colocada pelo deputado João Afonso tem alguma razão de ser, porque habituamo-nos a trazer ao Período de Antes da Ordem do Dia propostas de moção ou de recomendações, partindo da posição política de cada grupo municipal ou de cada partido, depois é verdade que na parte resolutiva esta recomendação já não menciona o Bloco, menciona apenas decisões da assembleia. Pretendendo-se que seja votada uma moção ou uma recomendação com fundamento nos considerandos, que são o que justifica as propostas da decisão, é bom que elas sejam apresentadas em nome da Assembleia, ou seja, que cada força política proponha que a Assembleia assuma e vote sobre isso, não sobre as posições particulares de cada partido político. Essa questão da redação tem esta implicação, se bem se recordam até tenho defendido que deveria ser no Período da Ordem do Dia que as propostas que sejam sujeitas a deliberação deviam ser todas incluídas por causa destas questões e para ter o formato de proposta e deliberação pura e simples. Assim tem um misto.

À parte disto, estas recomendações de alteração já foram uma vez rejeitadas pelo deputado Vítor Rosa que disse que mantinha a redação tal como estava, agora tem nova sugestão e tem esta proposta de votação de ponto a ponto e gostaria que se pronunciasse sobre estas duas questões.

Vítor Rosa (BE) – Primeiro, dar aqui uma informação, esta recomendação que o Bloco aqui apresenta, também, já foi apresentada em outras Assembleias Municipais e nenhuma delas colocou esta questão do ponto de vista do formalismo como está a ser colocada aqui. Ou criamos aqui um parecer jurídico para o caso específico de Setúbal ou então há aqui qualquer coisa que não bate certo. Se em Lisboa esta moção até foi aprovada, se em Almada foi aprovada até com os votos do PS, hoje aqui está-se a levantar todo este conjunto de questões, parece-me que dar valor a todas estas questões burocráticas, mais do que ao conteúdo e ao fundamental da recomendação, manteremos neste quadro.

Quanto à questão do ponto a ponto, será a Assembleia a pronunciar-se se, de facto, quer assim.

Já tinha dito que relativamente à questão da “expropriação” manteríamos.

Presidente da Mesa – Vamos passar ao método de votação. A Mesa não vai decidir por si só e vai perguntar à Assembleia se pretende votação global dos 4 pontos apresentados ou se admite a votação ponto a ponto.

Ficou decidido por maioria que a recomendação seria votada na parte resolutiva ponto a ponto.

Ponto 1 – Aprovado por unanimidade.

Ponto 2 – Aprovado por unanimidade.

Ponto 3 – Reprovado por maioria, com 18 votos contra, 17 da CDU e 1 da IL, 13 abstenções, 10 do PS, 2 do CH e 1 do PAN, e 7 votos a favor, 6 do PSD e 1 do BE.

Ponto 4 – Reprovado por maioria, com 17 votos contra da CDU, 11 abstenções, 10 do PS e 1 do PAN, e 10 votos a favor, 6 do PSD, 2 CH, 1 do BE e 1 da IL.

Nuno Carvalho (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Tal como tínhamos mencionado há termos nesta moção que não estão corretos e nem estão adequados, contudo conseguimos compreender o espírito que a mesma representa e por muito que às vezes até possamos querer criar divergências sobre estas matérias, compreendendo o espírito, achamos que é mais importante que esta assembleia se tente dirimir ao máximo para se tentar unir em torno destas questões. Tudo o resto que possam ser questões que até possam vir aqui a ser colocadas por algum tipo de aperfeiçoamento jurídico e que possam causar até, se me permite Sr. Presidente, algum riso que ouvi aqui atrás e diria que sobre esta matéria há muita pouca razão para rir. Sobre esta matéria há muita pouca razão para discordarmos e há muita razão para tentarmos estar de acordo e por isso algumas bancadas por muito mais descontraídas que queiram estar deviam estar, neste momento, a levar este assunto tão sério como levaram a vossa moção. Por isso discordar podemos, mas devemos ter cuidado da forma como o fazemos, porque o tema é extremamente sério e digo isto, naturalmente, para a bancada que teve aqui com gargalhadas e que acho que é desadequado sobre este tema.”*

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal gostava de deixar claro que o único ponto com que não concorda, efetivamente, é com o tema da expropriação, consideramos que não se pode fazer leis para uns e para outros, isto é um caso concreto, específico para um grupo de pessoas específico, para além da expropriação implicar o pagamento sobre os bens que são expropriados, não sei se a ideia era nacionalizar, mas aqui a ideia de expropriar implica um pagamento. Pagamentos, neste momento, como todos sabem os temas swift estão fechados, não sei onde é que se ia pagar o dinheiro e o negócio até nem sequer se iria efetivar a expropriação e achamos que este é um ponto que fere a democracia, porque não podemos fazer leis para uns quando dá jeito e por isso votámos contra.”*

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista absteve-se no ponto 3 e no ponto 4, porque entendemos que o termo expropriação, como aqui foi dito pelo deputado da Iniciativa Liberal, tem implicações que pensamos que não sejam adequadas para aquilo que estamos neste momento a tratar e porque entendemos que no ponto 4, as autoridades europeias estão a tomar, efetivamente, todas as medidas ao seu alcance para impedir o financiamento do esforço de guerra da parte russa. Não vemos sentido neste ponto.”*

6. **Recomendação** “Para Criação e atribuição de bolsas de mérito e excelência para os alunos dos agrupamentos de escolas e escolas do concelho (público e privado)” (CH) (conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata)



Vanessa Silva (CDU) – Tivemos a oportunidade em sede da Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais de apreciar a proposta que na anterior reunião o Partido CHEGA apresentou sobre esta matéria, e esta é ligeiramente diferente, ainda assim consideramos que a questão essencial se mantém. Pensamos que o financiamento público deve ser canalizado para a Ação Social Escolar que garanta a todos os alunos condições de sucesso educativo e de sucesso escolar e existem vários estudos que indicam que a situação socioeconómica das famílias é um preditor de sucesso educativo. A consideração que aqui está inerente é uma consideração na base dos resultados e por esse motivo não acompanharemos esta proposta e o nosso voto será desfavorável.

António Caracol (PS) – Reiterando os argumentos da última reunião, registo a evolução do documento ainda que insuficiente, se assim me permitem.

Tenho aqui uma dúvida e uma proposta. Não percebo o porquê do ponto deliberativo c), vejo com bons olhos ter sido eliminado o d) e as alterações à a), depois a dúvida e a proposta em simultâneo, é se as bolsas que estão aqui a propor serem atribuídas têm em consideração o universo que é o concelho ou se têm em consideração vários universos, sendo cada um desses universos um agrupamento ou escola não agrupada?

Paula Soeiro (PSD) – Efetivamente esta proposta foi à comissão, por parte do Partido Social Democrata e foi solicitado ou foi indicado ao Partido CHEGA que reformulasse a proposta de modo a dar ênfase, também, a um mérito de cidadania e não somente de mérito atribuído aos valores académicos escolares e com a inclusão das incapacidades e da deficiência que também a deputada do PAN na própria comissão deu como inclusão.

Existe já no Ensino Superior bolsas de mérito de estudo que são atribuídas relativamente aos valores obtidos e a estudantes, independentemente, dos seus valores de IAS (Indexantes de Apoios Sociais) e gostaríamos que o CHEGA tivesse ido um pouco mais além e que tivesse incluído as propostas da comissão.

Luís Maurício (CH) – Em resposta ao senhor deputado do PS, será para todo o concelho.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação reprovada por maioria e em minuta, com 28 votos contra, 17 da CDU, 10 do PS e 1 do BE, 3 votos a favor, 2 do CH e 1 da IL, e 7 abstenções, 6 do PSD e 1 do PAN.

António Caracol (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista votou contra esta recomendação e acima de tudo pelos argumentos que já aduzimos na última reunião e o facto de termos agora feito esta proposta que colocaria um pouco a justiça de a proposta criar vários universos, universos mais ou menos homogêneos em termos de socioeconómicos e remeto para a explicação que foi feita na reunião anterior. Sendo um único universo há uma disparidade tão grande que não faz sentido e cria grandes injustiças.*

Registo, também, que não foi explicado a questão da pertinência do ponto c).”

Vítor Rosa (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Passo a citar Diogo Pacheco de Amorim, julgo que todos conhecem e que diz: “Doutrinar os jovens é fundamental, é por isso que os comunistas e a esquerda querem a escola pública para poderem doutrinar os jovens logo a partir do 1.º ano.”*

Se eu quiser doutrinar um jovem no sentido da direita tenho que pagar, a escola pública é à borla e como a esquerda cultural tem o controlo do sistema de ensino a partir daí doutrinou-se à borla. É contra esta visão de doutrinação do ensino e da sua meritocracia que o CHEGA e a direita querem pôr que estamos contra esta recomendação. A questão da acessibilidade ao ensino e o reconhecimento das capacidades individuais não podem e nem devem passar por prémios de mérito.”



Nuno Gabriel (CH) – Fez a seguinte declaração de voto: “É completamente descontextualizado e só pode vir de um partido ..”

Presidente da Mesa – Só para chamar a atenção a forma da intervenção deve ser a declaração de voto, não um debate outra vez. Pode declarar a sua posição sobre a proposta incluindo a resposta, mas não como resposta em debate.

Nuno Gabriel (CH) – Então vou aguardar.

7. Recomendação “Solidariedade Ucrânia” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata)

João Luz (CDU) – Com os mesmos argumentos utilizados há pouco, propúnhamos que a recomendação pudesse ser votada ponto a ponto, tendo em conta aquilo que para nós é uma atitude negativa que é o da escalada do conflito e de entrarmos numa guerra económica associada à guerra já existente e que, para aqueles que entendemos que defendem a paz, não faz sentido esse caminho.

Rui Lamim (PSD) – A primeira versão que apresentamos à Mesa intitulava-se Moção, mas inclui uns pontos deliberativos, pelo que pedimos a bondade desta assembleia na alteração desse mesmo título para proposta, ficando o texto da seguinte forma:

“Recomendação ‘Solidariedade Ucrânia’

Neste exato momento há gente a morrer na Ucrânia na sequência da invasão pela Federação Russa.

Não é possível permanecer sem manifestar horror.

A dor e sofrimento sentido pelo povo ucraniano apenas pode ser moderadamente imaginado por nós, no conforto em que vivemos.

Todo o país demonstra solidariedade para com o povo ucraniano ao mesmo tempo que lamenta e repudia a invasão desse estado soberano, as mortes e sofrimento com especial realce na população civil.

Pelo exposto, propomos que esta Assembleia Municipal de Setúbal recomende que a Câmara Municipal:

- 1. Colabore na reunificação familiar de pessoas residentes no concelho em colaboração com os processos de acolhimento de refugiados e comunidade ucraniana;*
- 2. Acolha pessoas de nacionalidade não ucraniana, nomeadamente russas ou outra, que por motivos desta invasão sejam também refugiados;*
- 3. Manifeste ao Governo da República a necessidade de expansão de sanções à oligarquia russa.”*

Presidente da Mesa – O documento estava distribuído em forma de Moção e foi chamada a atenção que já era recomendação e assim foi apresentada a discussão.

A questão da votação vamos colocar à assembleia o método de votação, se é votação global dos três pontos resolutivos, ou se será votado ponto a ponto.

Vamos votar esta recomendação ponto a ponto.

Ponto 1 – Aprovado por unanimidade.

Ponto 2 – Aprovado por unanimidade.

Ponto 3 – Aprovado por maioria, com 21 votos a favor, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU.

c) MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. **Moção “Paz Sim, Guerra Não”** (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paulo Lopes (PS) – A CDU apresentou uma moção, que não é se não mais do que uma tentativa frágil de emendar a sua posição inicial sobre a invasão russa na Ucrânia.

Frágil porquê? Porque o discurso dos líderes nacionais do PCP continua impregnado por um preconceito e cegueira ideológica contra a NATO, Estados Unidos, União Europeia, contra o Ocidente e tudo o que ele representa.

Sobre a moção propriamente dita, no segundo parágrafo é referida a violação do acordo de Minsk, é verdade. Importa dizer, também, que o acordo de Minsk não foi cumprido por nenhuma das partes, especialmente na altura em que a Rússia assumiu a independência de Donetsk e Luhansk, ao fazê-lo desrespeitou a integridade do território ucraniano. Aliás, foi o Grupo Parlamentar Comunista Russo que na duma, a câmara baixa do Parlamento Russo, apresentou uma resolução para o reconhecimento da independência de Donetsk e Luhansk, tendo sido votado por 351 dos 450 deputados.

No terceiro parágrafo a moção refere como protagonistas deste conflito os países europeus, Estados Unidos e a NATO. É sabido que os únicos protagonistas deste conflito são a Rússia, como país agressor, e a Ucrânia, como país agredido. Os países europeus, os Estados Unidos e a NATO não entraram no conflito armado e tudo têm feito para não entrar, contrariando mesmo a vontade dos ucranianos que têm apelado nesse sentido. Têm aprovado, isso sim, sanções económicas contra o governo e a economia russa como forma de retaliação não armada, evitando a todo o custo a guerra.

No quarto parágrafo, são feitas exigências ao Governo português, mas não se percebe quais são. O Governo português, e bem, está claramente alinhado com a União Europeia na aplicação de sanções económicas como forma de pressão para retirar da Ucrânia e parar a escalada militar, mantendo a porta do diálogo aberta.

Pergunto, a CDU está contra a posição da União Europeia e da aplicação destas sanções? Pelo que vimos aqui nesta assembleia, diria que sim, que está contra estas sanções, por este motivo não poderemos acompanhar favoravelmente a moção da CDU.

Nuno Gabriel (CH) – Começo até pelas palavras do anterior orador, que isto não é mais do que uma tentativa barata de dar uma nova pirueta, talvez reflexo daquilo que foi a constatação da opinião pública que condenou todas as posições do PCP. Não fujam da palavra, PCP. Tudo o que está aqui nesta moção, é tudo aquilo que votaram contra na outra, é exatamente igual. Talvez seja, também, reflexo e pasmo-me como é que aqui não foi dito ainda, talvez, um pouco aguçados pelas três sedes do PCP que já foram alvo de vandalismo em Portugal.

Senhor Presidente quero defesa da honra, porque estou aqui a ouvir coisas. Não sei se este senhor é interveniente e se tenho direito à defesa da honra, mas não vou permitir ouvir o que este senhor disse sem me manifestar.

Presidente da Mesa – Agradeço ao público, apoio técnico...

Nuno Gabriel (CH) – Não é do público, é um membro do executivo, o que é ainda é mais grave e não gostaria de deixar em claro e gostaria de fazer a defesa da honra. Se não for agora, será depois.

Presidente da Mesa – O executivo está todo aqui à frente.

Nuno Gabriel (CH) – Se não é do executivo, é membro.

Presidente da Mesa – Agradeço ao público e aos membros do apoio técnico, aos dirigentes e funcionários, a quem estiver na parte do público que não se manifestem em relação à discussão na assembleia. E agradeço aos restantes membros que não concordam com as intervenções que estão a ser feitas que tentem conter-se nos comentários.

João Luz (CDU) – Quanto ao tom e ao conteúdo desta última intervenção, não merece sequer uma palavra, fica com quem as proferiu e com quem justifica atos de vandalismo. Fica para quem as fez e, portanto, merece-nos zero comentários. Aliás como merece zero comentários, permitam esta nota, porque aqui decorre certamente de problemas de outro nível, não sei se a possibilidade de aceder àquilo que foi escrito na anterior moção que aqui votamos da Iniciativa Liberal e fazer a comparação com esta. Havendo capacidade cognitivas para tais julgo que é tranquilo, simples para qualquer interveniente nesta assembleia perceber que se tratam de coisas perfeitamente e amplamente distintas.

De qualquer das formas o que trazemos aqui, para que se tenha em atenção e em consideração, o que se está aqui a votar é a condenação da agressão militar, apelar ao cessar-fogo e à urgente realização de negociações que assegurem o restabelecimento da paz e recordar que nas guerras quem sofre são as populações e manifestar a solidariedade com todos os povos dos territórios afetados por esta guerra. É isto em concreto e em particular e que há quem nesta assembleia decida não acompanhar, está no seu direito.

Nuno Gabriel (CH) – Senhor Presidente, agora defesa da honra. Coisas cognitivas, desculpe lá, não vou admitir.

Não vou estar aqui a dizer que sou formado em direito, tenho mestrado e por aí fora, acho que isso não interessa para nada, o que estou a crer dizer é que não gostam de ouvir as verdades. Alguém aqui desconhece que a sede de Beja, da Guarda e do Barreiro foram alvo de vandalismo? Em algum momento aqui alguém me ouviu dizer que concordava ou que não condenava como foi o caso deste senhor que está aqui, que pertence, mas já não pertence e agora já se foi embora. Atenção àquilo que dizem e atenção senhor João Afonso Luz, meça bem as suas palavras, porque não andamos juntos à escola e não lhe admito que me fale nesses termos.

João Luz (CDU) – Senhor Presidente, se ofendi alguém, peço imensas desculpas, nem sequer me estava a referir ao deputado em questão, não sei porque razões é que ele entendeu que as palavras se dirigiam a si.

Nuno Gabriel (CH) – Estava-se a dirigir, porque percebo bem amigo. Essa cassete comigo não pega, isso é com os outros.

João Luz (CDU) – Deve estar completamente enganado. Se o incomodei com as minhas palavras, peço-lhe imensa desculpa, porque não eram, de facto, dirigidas ...

Nuno Gabriel (CH) – O senhor incomoda com as palavras quando se dirige a mim e essa cassete habitual de fazer uma reviença que não é para ninguém, é para todos e é para uns, comigo não pega.

Presidente da Mesa – Senhores deputados, diálogo não pode ser. Entendidos e mal-entendidos todos temos direito a eles e temos que suportar uns aos outros.

Nuno Gabriel (CH) – Mas com respeito e educação.

Presidente da Mesa – Não estou a ver aqui nenhum caso de falta de respeito e educação, agora o pressuposto da falta de respeito também depende de cada um de nós, não podemos ver faltas de respeito onde elas não existem, quando queremos que elas existem e também não pode ser assim. Diálogo não e vamos respeitar as posições uns dos outros...

Nuno Gabriel (CH) – Não andamos juntos à escola, não conheço o senhor de lado nenhum e mais uma vez, desculpe lá, não lhe vou admitir nem mais uma vez, e que fique aqui mencionado.

Presidente da Mesa – Agora já não me deixa acabar as frases? Uma intervenção de cada vez.

Nuno Gabriel (CH) – Já disse o que tinha a dizer. Acho que ficamos por aqui, não me dirija mais a palavra.

João Luz (CDU) – Não estava a falar consigo.

Presidente da Mesa – Já chega! Pronto. Vamos passar à votação desta moção.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE e 1 da IL, e 19 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH e 1 do PAN.

Nuno Carvalho (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“De facto, aquilo que vimos que foi a repetição dos argumentos da CDU quanto às questões aqui levantadas que acompanhamos pelas diferentes bancadas, naturalmente. Até, também, a questão relativamente àquilo que é o envolvimento da NATO e dos EUA que não participam, como é evidente, neste conflito da mesma parte que participam os outros dois países envolventes, como outras matérias e que verificámos que fossem determinadas pela CDU e, naturalmente, aí apresentamos a nossa discordância e daí não termos votado favoravelmente a moção. Gostaríamos muito de tê-lo feito, mas enfim, são visões diferentes e daí discordamos.”*

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista estando de acordo com a parte deliberativa da moção, não se revê nos considerando que remete responsabilidades do conflito para terceiros e deixa implícito uma crítica à gestão da União Europeia na aprovação de medidas que evitam a escalada de guerra, crítica com a qual não concordamos, pelo contrário. No entanto, entendemos que todas as moções que têm sido aqui discutidas, debatidas e votadas nenhuma foi reprovada e penso que, também, devemos pegar naquilo que nos une na condenação da guerra, apesar de ter visões políticas muito diferentes do mundo.”*

2. **Moção “Solidariedade com a luta dos trabalhadores da AMARSUL por aumento de salário” (CDU)**
(conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís Leitão (CDU) – A CDU traz aqui esta moção, porque os trabalhadores da AMARSUL estiveram em manifestação no passado dia 2 de março, pelas ruas de Setúbal, alertando a população para aquilo que se pode passar em termos do local de trabalho e que vão iniciar uma greve de cinco dias que começa a 28 de março, de duas horas por turno e acabará a 1 de abril. Quem irá pagar com isto será a população que, mais uma vez, não vê o serviço público prestado e isto numa fase em que o aumento de salários ou numa altura em que o aumento de salários vem sendo desvalorizado pela própria administração do grupo AMARSUL. Há mais de 9 anos que não há aumento de subsídio de refeição e que o subsídio de penosidade, de salubridade e risco não é aplicado conforme aquilo que são as reivindicações dos trabalhadores.

É uma moção para nos solidarizarmos com a luta dos trabalhadores da AMARSUL e uma vez que enquanto a empresa foi pública conseguiu-se chegar a um acordo, agora que a empresa é privada estamos neste impasse até, inclusivamente, manobras para desrespeitar o próprio acordo da empresa assinado.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CII, 1 do PAN e 1 da IL.

Marco Costa (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista está solidário com todos os trabalhadores do país e inevitavelmente com todos os trabalhadores do concelho de Setúbal e, inclusivamente, com os trabalhadores da AMARSUL.*

Nesse sentido não podemos deixar apenas de saudar o Governo pela criação de uma agenda de trabalho digno no combate à precariedade e pelo programa de desagravamento social sobre os rendimentos que constavam no Orçamento de Estado para 2022, mas que, infelizmente, foi chumbado pela CDU no Parlamento.

Consideramos que o respeito por este diálogo social pela contratação coletiva não podem ser apenas chavões ou bandeiras de retórica no argumentário político, não podem ser voláteis ao enquadramento eleitoral, ao oportunismo mediático ou temporal sob pena de podermos vir a transformar assuntos de carácter legitimamente importante em assuntos de vulgar agenda política.

Sendo os trabalhadores da AMARSUL abrangidos por um contrato coletivo de trabalho, em sede de contratação coletiva e é em diálogo que se devem assumir os compromissos e chegar a um acordo. Aos partidos políticos, por sua vez, cabe a importante tarefa de fornecer contributos para a regulação das relações de trabalho enquanto papel de mediador de conflitos laborais, este papel está atribuído à Direção-Geral de Relações de Trabalho. Cremos que é um erro partidarizar este conflito entre os trabalhadores da AMARSUL e a empresa, porque obriga até, inclusivamente, a esta declaração de voto. Instrumentalizar os trabalhadores, de facto, não os ajuda, antes pelo contrário, leva à empresa a responder institucional e politicamente em vez de responder na realidade às reivindicações ajustadas dos trabalhadores.

Acompanhamos a reivindicação pelo fim dos vínculos precários, isso sim, em trabalhos de natureza permanente existentes na AMARSUL, mas infelizmente, também, em muitas outras empresas e, infelizmente, também, no Município de Setúbal pela mão dos sucessivos executivos da CDU.

Por estas razões o Partido Socialista não pode votar favoravelmente e abstém-se nesta moção.”

Presidente da Mesa – Chamo a atenção para a extensão das declarações de voto, que devem ser sintéticas e não verdadeiras intervenções de fundo.

Marco Costa (PS) – Senhor Presidente, em duas assembleias municipais consecutivas, se me permite, é a segunda vez que faz esse comentário sobre uma declaração de voto do Partido Socialista. Mas não nos queixamos quando o executivo da câmara faz apenas uma única intervenção e excede em cinco minutos e quatro segundos o tempo que tem a si destinado. Podemos utilizar a palavra como queremos e como devemos usar, se o Sr. Presidente quer limitar, de facto, o tempo das declarações de voto, exija que conste em proposta, regimento ou faça-nos chegar qual é que é o enquadramento desse tempo limite.

Presidente da Mesa – Se lermos o regimento, também lá está, como está o tempo atribuído ao executivo que depois não respondendo, o executivo várias vezes tem sido sujeito à crítica de não ter respondido no tempo que lhe estava destinado e isso é uma questão. A outra é não cumprirmos cada um dos grupos municipais os tempos que estão nas grelhas do regimento e está lá os tempos de intervenção.

Marco Costa (PS) – Isso mesmo Sr. Presidente, não incumpri nenhum tempo de declaração enquanto eleito na assembleia e estou apenas a fazer uma declaração de voto.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Quero dizer aqui, mais uma vez, já não é a primeira vez que temos aqui uma moção sobre a AMARSUL, que na realidade a Iniciativa Liberal está solidária para com todos os trabalhadores do município. Achamos que nesta assembleia trazer casos particulares de uma única empresa, de um grupo de trabalhadores de uma empresa não é adequado. São questões laborais que devem ser tratadas em sede própria. Imaginemos se agora cada um de nós se lembrasse de trazer de uma empresa questões laborais aqui para a assembleia, acho que realmente não é a sede própria.*

Já agora queria, também, deixar aqui um comentário, não percebo quando se pede para enviar esta moção para um conjunto de entidades, pede-se para enviar para a Mota-Engil, mas não se pede para

enviar para os outros acionistas. Quero lembrar aqui que há várias Câmaras Municipais e também a de Setúbal que é acionista da AMARSUL, acho que, se calhar, aqui com o executivo pode ser uma porta para tentar resolver os problemas destes trabalhadores e não aqui na assembleia com estas moções.”

Nuno Carvalho (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “Apenas dizer que compreendemos a questão que é aqui colocada nesta moção, não mereceu o voto favorável, porque ela é efetivamente detalhe e específica uma questão em particular. Até se entendermos aquilo que é a situação de contexto que vimos no país com um verdadeiro choque de inflação que parece se preparar, em dezembro tínhamos uma previsão que já por si aumentava a inflação para 3 e tal por cento na zona euro, atualmente falamos em 5% e mais e cada vez mais. Isto apenas numa perspetiva daquilo que se passa hoje sem contar com o previsível aumento de outros setores produtivos, como por exemplo dos alimentos, onde já se falam de aumentos de 30%, palavras do próprio Presidente da CAP. Como é evidente, este contexto não põe em causa aquilo que é a necessidade de rever as condições salariais e até de olhar com muita atenção aquilo que é o rendimento de todos os trabalhadores, das famílias, porque é óbvio que o rendimento disponível em Portugal vai ser fortemente afetado, quer pela questão energética, quer pela questão da crise alimentar que, infelizmente, se parece avizinhar e outras que, eventualmente, possam advir desta consequência das ondas de choque da guerra que se vive na Europa, e outras naturalmente que a COVID 19, de forma diíptiva, causou. Ainda assim, como é evidente, neste contexto, estamos a falar de todos os trabalhadores e não de uns em particular onde nos parece que aqui a questão que a CDU coloca em causa é uma que ideologicamente nos opomos e que tem a ver com um serviço que só pode ser público e não pode ser privado. Para nós o serviço público tem que ser bem feito, seja por público ou privado e desde que cumpra bem os seus objetivos, especialmente na questão de custo-benefício sentimo-nos bem.”

Luís Leitão (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: “Votámos a favor e trouxemos aqui esta moção, porque se trata do problema das pessoas e do problema de quem trabalha e trata-se do problema de alguém que se esteve a manifestar em Setúbal e que não tem aumentos de salários ou não teve em 2021. Relativamente às questões do serviço público, só uma notinha, enquanto foi gerida pelos municípios deu lucro, está a ser gerida pela Monta-Engil e não dá. Porquê? Vejamos o que é que a Mota-Engil está a fazer em termos de gestão e isso já não nos compete aqui avaliar, mas compete-nos sim denunciar, porque é isso que os trabalhadores nos dizem e sempre que existam problemas do trabalho, porque são problemas reais, porque são problemas das pessoas que trazemos aqui. Não é só ir pedir o voto das pessoas quando é para as eleições, ele tem que estar presente em todos os órgãos e em toda a sua extensão.”

3. **Moção “Pela Paz na Ucrânia”** (CH) (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paulo Lopes (PS) – Gostaria de solicitar ao CHEGA que alterasse aqui a moção, nomeadamente no paragrafo 6, em que utiliza uma linguagem e um ataque sectário e pessoal a dois partidos, não interessa se é o Bloco e o PCP, amanhã será outro partido qualquer. Aqui na Assembleia Municipal temos que pugnar por aquilo que o deputado do CHEGA há pouco também solicitou para ele, respeito no seu trato e no seu direito a uma intervenção de acordo com a sua consciência. Quando se utilizam terminologias como “enquanto português sente-se envergonhado pelos deputados do Bloco de Esquerda e do PCP terem votado de determinada maneira”, obviamente que não nos revemos neste tipo de linguagem e solicitávamos que pudessem cortar esta linha desta moção.

Nuno Carvalho (PSD) – Sobre esta moção em particular a menção daquilo que foi a posição de voto de partidos, isso é uma questão factual, ficando ela tratada nesta moção de um modo respeitoso, porque evidentemente que as posições dos partidos que foram eleitos por todos os portugueses, envergonhar ou não envergonhar isto não está em causa, porque têm que votar como querem e bem entendem e temos o direito de concordar ou discordar. Naturalmente, é democracia e nunca envergonha ninguém e o que

pedimos era que o CHEGA pudesse retirar o termo de “envergonham” e quanto à questão fatual de como foi a votação, isso é como é, aqui várias vezes são mencionadas votações que o PSD fez noutros locais ou que fez no Governo e o PS também. Enfim, é factual, mas se eventualmente, até, permitir angariar os votos de todos os partidos é com os próprios, já não é connosco.

Pedimos ao CHEGA que, pelos menos, a questão do “envergonha, enquanto português” pudesse efetivamente ser retirada, até considerando o contexto e aquilo que já disse há pouco, que o tema em si deve-nos tentar aproximar ao máximo.

Vítor Rosa (BE) – Fazer aqui um esclarecimento junto da bancada do CHEGA relativamente à posição do Bloco de Esquerda que está aqui citada neste parágrafo 6. A ajuda financeira aqui citada e a sua votação corresponde a uma votação a 14 de fevereiro, antes do início da invasão russa. A forma como aqui é apresentada esta posição do Bloco corresponde a uma informação deturpada e descontextualizada. A 1 de março a União Europeia aprovou a primeira resolução de condenação à invasão russa e depois à Ucrânia e contou com o voto favorável do Bloco de Esquerda.

O voto do Bloco prendeu-se, não com assistência à Ucrânia que apoiamos, mas sim com as condições do FMI e a União Europeia associadas a este empréstimo. Por ironia do destino, a resolução votada a 1 de março, que o Bloco votou favoravelmente, renovou o apelo à assistência financeira à Ucrânia, mas sem qualquer referência a que condições, ou seja, exatamente a posição que o Bloco tinha tomado duas semanas antes. Esperamos, aliás, que essa assistência seja a fundo perdido.

Vamos votar a favor desta moção na sua parte deliberativa.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta referência às deliberações tomadas em sede do Parlamento Europeu, o que se votou não foi de facto apenas uma ajuda financeira de um 1,2 mil milhões de euros à Ucrânia, foi, como disse o deputado Vítor Rosa agora, um conjunto de consequências e obrigações decorrentes dessa ajuda financeira. Mas foi mais do que isso, foi um conjunto de sanções, foi um conjunto de decisões relativamente a gastos militares e ao envio de armamento letal. Foi, uma vez mais, no quadro da União Europeia uma perspetiva de agravamento e de escalada do conflito e não um posicionamento do Parlamento Europeu e da União Europeia em defesa da Paz e da exigência de um cessar-fogo que coloque as partes, todas elas, à mesa das negociações.

Era isso que queríamos esclarecer quanto a esta referência que aqui vem nesta moção.

De facto, não temos nada a obstar relativamente ao conteúdo deliberativo da mesma, mas entendemos que os considerandos desta moção são perfeitamente desadequados.

Nesta moção que o CHEGA aqui nos apresenta dá-se um passo em frente na dificuldade que há pouco colocava em relação a outros aspetos. Há pouco as referências eram de ordem partidária que aqui também estão colocadas, “o CHEGA tem acompanhado”, “o CHEGA estará sempre ao lado de”, são estas referências. Para além disto, nesta moção há a primeira pessoa no singular, são referências a uma pessoa em concreto que neste contexto, do ponto de vista formal, a assembleia estará a aprovar uma moção que faz referências ao pensamento e à ideia de uma pessoa em concreto, não me parece adequado e constitui uma declaração, mas uma moção não nos parece que seja.

Presidente da Mesa – Aqui um ponto de ordem na discussão. Há aqui uma questão diferente da que foi colocada anteriormente na votação ponto a ponto. À parte da questão de retirar a expressão “vergonha”, o CHEGA depois dirá se aceita essa sugestão ou não, mas o que foi colocado pelo deputado Vítor Rosa e pelo João Afonso é que os pressupostos devem ser apreciados em separado das suas conclusões. Isso é que já não me parece possível, porque a separação terá que ser feita em declaração de voto.

Os pressupostos são o que fundamentam as conclusões que são apresentadas e é óbvio que as mesmas conclusões podem ser apresentadas por diversos grupos municipais, por diversas forças políticas com pressupostos diversos. A posição é um todo, quem não tiver de acordo com os pressupostos pelos quais se fundamentam estas posições, terá que votar contra e dizer que com as conclusões ou com a parte deliberativa não há desacordo, mas é com os seus pressupostos.

Os proponentes do CHEGA querem dizer alguma coisa quanto às sugestões de alteração?

Luís Maurício (CH) – Como deputado continuo com a mesma palavra “vergonha”, porque para mim é uma vergonha o que o PCP e o Bloco de Esquerda fizeram no Parlamento Europeu, mas como representante, também, do CHEGA aceitamos o que o líder do PSD e trocamos a palavra “vergonha” por “não se sentem representados”, mudamos o texto: *“Assim milhões de portugueses não se sentem representados pelo que aconteceu”*.

O Luís Maurício, deputado do Partido CHEGA, acha que o PCP é uma vergonha, o Bloco de Esquerda é uma vergonha, porque rejeitar uma proposta de ajuda à Ucrânia é uma vergonha, mais uma vez fomos falados pelo mundo fora que quatro deputados do PCP, simplesmente, recusaram ajuda à Ucrânia.

Presidente da Mesa – Estamos entendidos, o texto é alterado para dizer que *“Assim milhões de portugueses não se sentem representados por os eurodeputados do Bloco de Esquerda se se terem absterido”*. Retirando a primeira parte da primeira pessoa do singular, *“É neste contexto que eu enquanto português e acredito também assim milhões de portugueses não se sentem representados”*, é esta alteração sem estar na primeira pessoa e referindo-se apenas aos milhões de portugueses que não se sentem representados por os eurodeputados. Com esta redação vamos passar à votação.

Aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU e 1 abstenção do BE.

João Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada da CDU votou contra esta moção, não por não acompanhar as preocupações contidas no conteúdo deliberativo, mas porque não acompanhamos de todo os considerandos nela contida.”*

Vítor Rosa (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Na primeira intervenção tinha anunciado o voto a favor, mas depois da intervenção do senhor deputado do CHEGA relativamente à matéria no que toca à resolução da União Europeia, o nosso voto de abstenção, tendo em conta a parte deliberativa e não mais do que isso.”*

4. **Moção “Dia da Liberdade de Informação” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – O dia da liberdade de informação é comemorado no dia 16 de março, portanto, celebra-se com grande satisfação este dia, o Dia Mundial da Liberdade de Informação, um tema essencial na construção democrática e na salutar convivência cívica. Nesta altura em que as notícias falsas proliferam pelas redes sociais, alimentadas por aqueles que não se revêm na verdade dos factos, a importância de uma informação credível, livre, independente, imparcial e transparente assume, cada vez mais, um papel crucial na construção das sociedades livres e democráticas. Não precisamos de microfones falsos, montagens enganadoras e ilusórias que tendem em descambar em regimes autoritários que utilizam a falta de liberdade de acesso à informação como arma de propaganda.

A Iniciativa Liberal não se revê, quer no fecho das emissões de canais russos pela União Europeia, da mesma maneira que tão pouco nos revemos na limitação de acesso a fontes de informação, internet, TV, rádio pelas autoridades russas no presente conflito. Queremos verdadeiramente não contribuir para uma solução pacífica do conflito, impedindo que consensos sejam gerados e que a manifestação da vontade popular possa influenciar o desfecho desta guerra insana, devendo o livre acesso a toda a informação sendo um instrumento de paz.

Deixo aqui a frase de Evelyn Beatrice Hall “Posso não concordar com o que você diz, mas defenderei até à morte o seu direito de dizê-lo.”, é um dogma que não abandonaremos e que entendemos ser extensível a qualquer sociedade do mundo. Por isso solicita-se a esta assembleia, aqui reunida, que reconheça a importância do acesso à liberdade de informação na formação de uma sociedade madura e democrática, que efetue uma saudação a todos os órgãos de comunicação (nacionais e locais) que contribuem para uma

sociedade mais informada e transparente e que repudie todas as formas de limitação ao livre acesso de informação.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Moção “Dia Europeu em Memória das Vítimas de Terrorismo”** (IL) (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Hoje é o Dia Europeu em Memórias das Vítimas do Terrorismo, este dia é assinalado anualmente prestando homenagem às vítimas de terrorismo e aos seus familiares, sensibilizando a sociedade civil e os decisores políticos para o combate ao radicalismo e ao terrorismo a favor de valores humanistas e ideias de liberdade de expressão e segurança.

As homenagens não se podem esgotar apenas em sentidas condolências, a sociedade exige que estejamos alerta para os novos perigos, aprendendo com as experiências passadas e com os desafios, um contexto que presentemente se afigura incerto. É responsabilidade do indivíduo no pleno uso das suas liberdades políticas, sociais e económicas pautar-se pela defesa de direitos, liberdades e garantias fundamentais não deixando que estas sejam afetadas por uma tática de medo que variadas organizações e Estados continuam a utilizar, levando a migrações forçadas e à destruição física de património cultural e histórico, bem como a marcas psicológicas que poderão marcar para sempre todos os indivíduos e suas famílias.

Assim solicitamos que a Assembleia Municipal de Setúbal preste homenagem a mostre a sua solidariedade institucional a todos os indivíduos afetados pelos atos terroristas, solidarizando-se com as vítimas e sobreviventes, mantendo desta forma viva a memória do sofrimento causado e lembrando os valores democráticos e humanistas que devem reger a nossa sociedade.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

d) SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR OU CONGRATULAÇÃO, VOTOS DE PESAR OU DE PROTESTO

1. **Voto de Louvor “Sociedade Civil”** (IL) (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Na prática, com esta tragédia humanitária que todos vivemos atualmente e a participação de um conjunto de pessoas da sociedade civil, sejam elas instituições, têm reagido, efetivamente, de uma forma muito positiva e por isso pedimos aqui à Assembleia Municipal de Setúbal um voto de louvor à sociedade civil pelo seu incansável e inestimável contributo para menorizar o sofrimento dos refugiados de guerra, e reconhecer o papel fundamental da sociedade civil como força motriz das sociedades democráticas.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 16 da CDU, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 1 abstenção da CDU.

Vanessa Silva (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada da CDU, no fundamental, votou favoravelmente este voto de louvor por considerarmos que a participação popular é, de facto, a força motriz da democracia, mas a forma como o 2.º parágrafo dos considerandos, deste voto de louvor apresentado, é como uma dicotomia entre sociedade civil e entidades públicas ou políticas, não é a conceção que temos relativamente a estas matérias. Consideramos até que não é rigoroso, nem adequado a forma como vem caracterizado que a sociedade civil reagiu antes ainda das instituições públicas. As instituições públicas desde o primeiro momento que acompanham, de acordo com as suas competências, estas matérias e falo das várias instituições públicas, nem sequer estou a falar apenas das entidades*

municipais. Se tivéssemos tido tempo, tínhamos pedido aos proponentes para retirarem este segundo parágrafo, mas não queremos deixar de colocar em sede de declaração de voto que não acompanhamos esta dicotomia.”

D – PERIODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 07/2022/AM – Eleição de um representante da Assembleia para o Conselho Municipal de Desporto

Presidente da Mesa – Vamos fazer agora, devidamente esclarecida, após a interpretação do regulamento, quem devem ser os representantes da Assembleia Municipal. Basicamente o entendimento da Comissão Permanente é de que, tratando-se de representantes dos órgãos para órgãos ou organismos internos ao município devem ser representantes que façam parte do próprio órgão. Quando são representações externas que se regem nomeadamente por outro corpo normativo, como é o código das cidades comerciais, indicar um representante de uma sociedade anónima, naturalmente que será outra pessoa, indicar um representante para uma coletividade, naturalmente poderá ser outra pessoa, mas quando se trata de representações internas, devem ser os representantes do órgão que é assim que está construído o regulamento do Conselho Municipal de Desporto.

Vamos votar as candidaturas que apareceram de membros dos órgãos e que são duas.

Foi eleito o deputado Paulo Lopes (PS) com 20 votos, o Simão Calixto (CDU) obteve 17 votos e houve um voto em branco, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

2. Deliberação n.º 08/2022/AM – Delib. CM n.º 612/2022 – Prorrogação do prazo de transferência das competências no domínio da ação social

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com votos a favor da CDU, do BE, do PAN e da IL, abstenção do PPD/PSD e do CH e o voto contra do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, por maioria, com os votos a favor da CDU, do CH, do BE, do PAN e da IL, e com a abstenção do PPD/PSD e o voto contra do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Isabel Conde (PSD) – Gostaria que ficasse registado em ata de que me vou ausentar durante esta discussão e na votação por eventuais incompatibilidades e conflitos de ordem profissional.

Elisabete Cavaleiro (PS) – A Lei-quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, aprovadas pela Lei 50/2018, publicada a 16 de agosto, veio estabelecer o quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. Quer isto dizer que, desde agosto de 2018, quando esta Lei foi publicada, que a Câmara Municipal sabia que diversas competências, nomeadamente no domínio da Ação Social, teriam de ser transferidas num prazo máximo de 2 anos e 3 meses. Para a área da Ação Social está previsto que os municípios venham receber um valor total de 56,1 milhões de euros para desenvolver programas de promoção e conforto para pessoas idosas, serviços de atendimento e de acompanhamento social, atribuições de prestações pecuniárias em situação de carência económica, além de ficarem responsáveis pelos contratos de Rendimento Social de Inserção, apoios às famílias, entre outras.

Foi agora o executivo solicitar o prolongamento do prazo de transferência das competências no domínio da Ação Social, alegando e cito a deliberação n.º 8, *“A insuficiente, e pouco clara, informação técnica prestada sobre esta matéria por parte do poder central, especificamente no domínio do atendimento e acompanhamento social, continuando o município sem ter informação inequívoca sobre o número de processos de Ação Social em acompanhamento e em que instituições, bem como sobre o seu mapa de encargos apresentados.”*

Ora, não será esta matéria de avaliação e parecer técnico dos serviços de Ação Social do município, elaborarem um documento de esclarecimento e apoio à tomada de decisão política sobre o que é e como deve ser prestado o atendimento e acompanhamento social do concelho? Já não é do conhecimento da autarquia, através da Divisão de Direitos Sociais e pela sua coordenação da rede social, o conhecimento técnico e informação inequívoca do número de acordos de cooperação com as IPSS do concelho de Setúbal têm e como estas devem ser operacionalizadas?

Outro dos fundamentos apresentados para recorrer ao então, Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, é notoriamente o facto de o Executivo não ter preparado a transferência de competências alegando tempo, ou melhor, má gestão destes e cito, mais uma vez, *“A escassez do tempo disponível para efeitos de auscultação e negociação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social para eventual revisão e celebração de acordos de cooperação”*. Em matéria de tempo, Sr. Presidente, o tempo é igual para todos, no entanto, a gestão e a coordenação da agenda para o efeito de auscultação e negociação, é da responsabilidade de Vossa Excelência. Em 3 anos e meio não houve espaço, nem tempo para que essas rondas de reuniões fossem realizadas, repetidas ou auferidas junto das IPSS de Setúbal? Em 3 anos e meio, com uma pandemia e sem pandemia, não foi priorizada a competência no domínio da Ação Social, por parte do executivo, em prol da população? Não são os municípios o primeiro recurso e a primeira resposta para os problemas das suas populações, especialmente para quem se encontra em situação de vulnerabilidade social dada a proximidade com a população? Será que em Setúbal a intervenção social não passa de uma bandeira ideológica e partidária que secundaria as existências de uns planos comunitários e de melhoria das condições de vida dos munícipes, nomeadamente, da vida daqueles que têm maior fragilidade socioeconómica?

Vanessa Silva (CDU) – Julgo que será certamente útil as explicações que a Câmara Municipal nos poderá aqui trazer sobre a proposta que nos apresenta, mas era útil que, também, tivessemos em consideração aquilo que foram as informações prestadas em sede da Comissão específica. Há várias questões que a senhora eleita do PS aqui refere que foram esclarecidas em sede de comissão. Gostaria de sublinhar que não foi a Câmara de Setúbal que pediu uma prorrogação sozinha, existe um Decreto-lei que é do Governo do PS, o Decreto-lei n.º 23/2022, que aquilo que identifica é um conjunto de elementos que estão atrasados por parte do Governo e das Entidades Administrativas que tutela sobre o processo de descentralização de competências na área social.

Mais, as questões que a senhora deputada aqui formulou ao Município de Setúbal pode formular ao conjunto de municípios de maioria PS, nomeadamente ao Município de Almada, porque é que não fez exatamente os mesmos procedimentos que aqui questiona que Setúbal que não fez, porque todos lhe dirão exatamente o mesmo. Dirão que as portarias que regulamentam o Decreto-lei da Ação Social Escolar, o Decreto-lei específico sectorial no Quadro da Lei 50/2018, só foram publicadas a partir de março do ano de 2021. Mais, o despacho com o mapa dos encargos apenas em outubro e apenas em dezembro, o Instituto da Segurança Social dirigiu ao Município de Setúbal o primeiro contacto com um dossier de transição que continha elementos que ainda hoje não estão precisos e o Município de Setúbal em inúmeros momentos, não só individuais, mas momentos públicos como a plataforma supra concelhia de Ação Social, colocou ao Governo, colocou às Instituições que são tuteladas pelo Governo, ao Instituto de Segurança Social um conjunto de questões que não foram cabalmente respondidas.

Estamos a falar de elementos que são decisivos para a vida de centenas de pessoas e, portanto, temos de ter alguma **seriedade e algum rigor** nas questões que aduzimos, porque, de facto, não é diferente aqui ou no Município de Almada, é precisamente o mesmo problema e o Município de Almada também levou a prorrogação do prazo.

Paula Soeiro (PPD/PSD) – Apesar das informações fornecidas na Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais, persistem questões sobre os fundamentos presentes na deliberação, nomeadamente, quando se refere como fundamento a salvaguarda dos acordos de cooperação para o serviço de atendimento e acompanhamento social e dos protocolos de Rendimento Social de Inserção, conforme Despacho 1246-A/2022. O mesmo Despacho refere que os acordos de cooperação e os acordos RSI, celebrados entre o Instituto de Segurança Social e as Instituições e cuja vigência termina a 31 de março de 2022, são prorrogados automaticamente e a título transitório excecional até à concretização da transferência das competências para as Autarquias Locais. Deste modo, encontram-se acauteladas as continuidades das respostas sociais pelo argumento que não fundamenta a deliberação. Refere, também, a escassez do tempo disponível para os efeitos da auscultação e negociação com as instituições particulares de solidariedade social, tendo em conta a data da efetiva disponibilização de informação técnica de suporte, por parte do Instituto de Segurança Social.

Ora, não tendo sido informada a receção da informação, permanece a dúvida se teria sido possível ao Executivo da Câmara Municipal de Setúbal e aos respetivos serviços dedicados à Área Social, no tempo de um ano, porque as portarias referidas datam de março de 2021, diligenciar as atividades necessárias. Refere-se que foram realizadas duas reuniões com a Comissão de Acompanhamento, em dezembro e janeiro recente, mas não foi disponibilizada informação sobre o teor do cronograma e tarefas de modo a aferir da possibilidade da transferência de competências a ocorrer ainda durante o ano de 2022. Desse modo, solicita-se o acesso ao dossier de transição e orientações técnicas fornecidas pelo Instituto de Segurança Social.

Carece, ainda, de esclarecimentos se está a ser cumprida a Portaria 66/2021, de 17 de março, referente à elaboração da Carta Social e finalmente, qual foi o teor do parecer que a Câmara Municipal de Setúbal enviou para a Secretaria de Estado da Segurança Social e para a Associação Nacional de Municípios Portugueses em que enquadrou e justificou a dificuldade de recursos financeiros e humanos de aceitação da delegação de competências na área nos anos 2020 e 2021.

Na dúvida e nos próprios fundamentos do Decreto-lei n.º 23/2022, a bancada do Partido Social Democrata não poderá acompanhar a deliberação.

Presidente da Câmara – Para que fique bem claro, a Câmara Municipal de Setúbal não é gerida em função de interesses político-partidários, como a senhora deputada do Partido Socialista aqui fez crer. Se o Governo do Partido Socialista não entendesse que não estão criadas as condições, a nível nacional, para todos os municípios, para receber esta transferência de competências não teria publicado o Decreto-lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, que permite às autarquias prorrogar o prazo de aceitação destas competências. Ainda hoje tive conhecimento de que o Município de Guimarães, de maioria absoluta do Partido Socialista, aprovou a prorrogação da transferência de competências na área da Ação Social, isto é bem demonstrativo daquilo que está aqui em causa e que tem muito a ver com a forma como o Partido Socialista, aqui em Setúbal, intervém com guerrilha política de ataque à gestão do município gerido por maioria da CDU. Naturalmente que repudiamos esta forma de intervenção, porque isto põe em causa os interesses dos munícipes de Setúbal.

Senhor Presidente, dito isto, queria agora passar a palavra ao senhor vereador Pedro Pina para dar esclarecimentos sobre algumas questões que os senhores deputados aqui colocaram.

Vereador Pedro Pina – Agradeço as questões dirigidas. De uma forma geral e de uma forma sucinta o Sr. Presidente já prestou esclarecimentos.

Se me permitem, pegava nas palavras do senhor deputado Nuno Carvalho, a propósito de uma matéria que também ocupou bastante tempo desta Assembleia Municipal, para dizer que, também, sobre a matéria de Transferência de Competências no que diz respeito à Ação Social, creio que é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa, e creio que há aqui uma persistência e uma tendência para querer obstaculizar aquilo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal acabou de demonstrar. Aliás, ia exemplificar até com outros municípios, podemos dizer que os municípios não são todos iguais, mas podemos ter aqui alguns termos de comparação.

Dizer que a par de Guimarães, Coimbra, também, não aceitou, mas esqueçamos o território nacional e vamos tratar de um território de proximidade até que nos tem unido por outras matérias. Vamos falar do distrito de Setúbal e desafio o Partido Socialista a demonstrar em todo o território do distrito de Setúbal qual foi o município que até ao momento aceitou e que desencadeou exatamente os procedimentos que os senhores deputados aqui apresentam. Mas vamos a questões concretas, se me permite Sr. Presidente, de uma forma muito breve e rápida que se leia aquilo que consta, de facto, o Decreto-lei 23/2022, e que diz assim: *“Constatou-se que o conhecimento pelos municípios dos instrumentos fundamentais para a preparação da assunção de competências no domínio da Ação Social, apenas foi possível, após publicação em março de 2021, dos instrumentos regulamentares previstos no Decreto-lei de 12 de agosto, e concretizados nas Portarias 63, 64, 65 e 66/2021, de 17 de março.”*

Mas já agora, senhora deputada, quero-lhe relembrar que a última portaria a propósito desta matéria não é de março, é de 8 de outubro de 2021. Já agora senhora deputada, porque vale a pena ter memória, tenho aqui para que todos os deputados possam observar, que este é um dossier de transição que estamos a falar e a data, creio que não deixará dúvidas a ninguém, trata-se da transferência do dossier e que data de dezembro de 2021. Mas mais senhores deputados, tenho, também, para poder aqui comprovar que, de facto, não decorre de falta de vontade desta autarquia o querer acompanhar o processo. Tive a oportunidade de dizer na Comissão de Acompanhamento que, enquanto vereador desta autarquia, mas também na condição delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal na coordenação do CLAS que, ao longo destes anos, dirigir perguntas ao Centro Distrital de Segurança Social nas diferentes diretoras que exerceram então a função, bem como no quadro da plataforma supraconcelhia... Para não perder muito tempo, estamos a falar, e aqui em sentido inverso, no dia 21 de fevereiro de 2022 desencadeou nesta mesma condição, o questionamento ao Centro Distrital de Segurança Social. No dia 21 de dezembro de 2021, fez exatamente a mesma pergunta e informou no quadro da plataforma supraconcelhia, no dia 9 de junho de 2021 fez exatamente o mesmo questionamento ao Centro Distrital de Segurança Social sobre qual era o ponto de situação da transferência de competências, no dia 13 de dezembro de 2018 referiu, ainda, no núcleo estratégico da plataforma supraconcelhia onde é que estariam confrontadas estas questões. Portanto, senhora deputada e senhores deputados, não foi por falta de empenho desta Câmara Municipal, mas já agora sejamos rigorosos, foi questionado se da parte da Câmara Municipal houve reuniões com as instituições e houve senhores deputados, houve senhora deputada. Houve reuniões com todas as instituições que cumprem, neste momento, os protocolos com a Segurança Social e foi exatamente no decorrer dessas mesmas reuniões que nos foram apresentadas as questões, mas podemos ainda ir mais longe. Tenho aqui para os senhores deputados observarem que, no dia 15 de dezembro de 2021, por convocatória do Centro Distrital de Segurança Social foram convocados todos os municípios da Península de Setúbal e do Litoral Alentejano para uma ação de formação desencadeada pelo Instituto de Segurança Social a explicar a todos os municípios, sem exceção, como deveriam realizar o processo de transferência de competências.

É com espanto e com admiração que não compreendemos, independentemente de querer que o processo seja agilizado e de podermos defender que o processo esteja efetivamente conduzido pelos municípios, não conseguimos compreender esta necessidade de querer imputar ao Município de Setúbal a falta de vontade neste processo. Houve empenhamento total.

Já agora importa referir, que não é de todo adequado e, permita-me que diga, é de uma enorme injustiça querer apontar responsabilidades a um serviço que não só, neste momento, desencadeia um processo de acompanhamento a tudo o que está a ser feito, como ao longo dos tempos, tem desencadeado todo um trabalho de acompanhamento ao processo de transferência de competências. A propósito desta matéria, poderemos depois disponibilizar, está aqui senhores deputados, o cronograma por parte do Instituto de Segurança Social a explicar como é que seria o processo e a dizer como é que deveriam as autarquias de todo o distrito o fazer.

Dizer, ainda, aos senhores deputados que tendo sido esta reunião realizada no dia 15 de dezembro e no dia 16 realizou-se, então, a primeira reunião pelo Centro Distrital de Segurança Social com as Câmaras Municipais. A pergunta que podemos fazer, porque é que não se realizou antes? Porque é que o Centro Distrital de Segurança Social não desencadeou os processos antes que a Câmara Municipal? Porque é que

o Centro Distrital não propôs esta Comissão de Acompanhamento, como decorre da lei, para com os seus municípios? Porque é que não o fez quando a Câmara Municipal, insistentemente, perguntou? Portanto, creio que é óbvio, que é compreensível que não há aqui falta de vontade, é uma compreensão generalizada, os municípios estão, de facto, preocupados com esta situação e, por isso, é compreensível. Isso sim.

Há, de facto, sobre esta matéria questões que não estão ainda esclarecidas da parte de todo este processo e que obviamente é nesta construção com os novos instrumentos que, entretanto, foram agora de um conhecimento mais generalizado, esta última Portaria de 8 de outubro, que é possível começar a desencadear um processo mais rigoroso com as entidades.

Creio que esta matéria que o Sr. Presidente traz aqui, apenas nos serve para justificar, isto não é uma teimosia desta autarquia, é apenas uma afirmação de que deve ser respeitado o Poder Local Autárquico e compreender objetivamente todas estas circunstâncias.

Sobre esta matéria creio que não deve haver dúvidas sobre aquilo que foi o empenho e que continuará a ser o empenho desta Câmara Municipal em todo este processo.

Presidente da Mesa – Chamo a atenção da Assembleia, julgo que não é necessário, mas também não é despropósito, para a delicadeza desta deliberação. É uma deliberação delicada, é uma deliberação que motivou o Governo a desencadear uma prorrogação para a generalidades dos municípios. E a questão é haver condições práticas para assumir as responsabilidades ou não. O Executivo tomou a sua decisão e por isso traz a proposta à Assembleia e cada grupo municipal que votar terá que o fazer, tendo em conta não apenas uma mera aprovação ou rejeição, mas a viabilidade prática ou os problemas que se possam criar caso, tal como o Governo já reconheceu, não haja condições efetivas de assumir a responsabilidade. Trata-se dessa delicadeza que tem uma particular importância e que apelo à boa perceção de todos os membros da Assembleia.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 22 votos a favor, 17 da CDU, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, 10 votos contra do PS e 5 abstenções do PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Elisabete Cavaleiro (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Desde 2018, nomeadamente 16 de agosto, que é conhecido que vão ter que ser transferidas as competências no domínio da Ação Social.*

Também é conhecido desta mesma sala, de todos os presentes não, os insistentes recuos na aceitação destas mesmas transferências, nomeadamente no Executivo anterior, e que foi dito várias vezes nesta mesma sala que não. Que não!

Mais, em matéria de especificações do que são o tecido social, cada território tem as suas especificidades, mas não iria tão longe, não iria até Guimarães, se calhar, íamos só até ali ao Montijo, que também não tendo a maioria na Assembleia aceitou essas mesmas transferências de competências.”

Vanessa Silva (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU votou favoravelmente a prorrogação do prazo da Transferência das Competências, no âmbito do domínio da Ação Social, tendo em conta a sua responsabilidade para com os munícipes de Setúbal. Desde 2018 que o Governo conhece que a Assembleia da República votou uma Lei Quadro com um processo de descentralização de competências, que precisava um conjunto de instrumentos para poder ser concretizado, nomeadamente, Decretos-lei setoriais, no caso da Ação Social este veio a surgir no ano 2019 e ele próprio previa um conjunto de portarias que tiveram apenas publicação a partir de março de 2021 e sendo que o último despacho data de outubro de 2021.*

O Instituto público que, no fundo, exerce a competência no terreno relativamente a esta matéria, que é o Instituto de Segurança Social, apenas desencadeou o processo de transferência de competências com um caderno de transição destas competências junto dos municípios, em dezembro de 2021.

O Município de Setúbal posto isto, e não referindo as suas questões de princípio sobre o processo, apenas posto isto, entendeu trazer a esta Assembleia Municipal uma proposta de prorrogação que acompanhamos, porque pensamos ser a forma séria, de vir, independentemente da posição de princípio

que a CDU teve desde o início, a exercer uma competência legal com todas as condições de efetivar o serviço público da melhor maneira possível.”

3. Deliberação n.º 09/2022/AM – Delib. CM n.º 732/2022 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2022

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Regressou à Sala de Sessões a deputada Isabel Conde do PSD.

Alexandre Teles (PSD) – A bancada do PSD a nada se opõe à alteração do mapa de pessoal e a admissão de recursos humanos para o exercício de funções no Município de Setúbal, assim, como também, sabemos que a gestão e a determinação das necessidades de recursos humanos cabem completamente ao executivo, mas temos de exigir que a gestão de recursos humanos seja, realizada de forma clara, objetiva e coerente. Bem como exigir quando uma deliberação chega à Assembleia Municipal para ser apreciada, deve vir bem documentada e não pode deixar qualquer dúvida sobre os fundamentos do proposto. Já para não falar da falta de qualidade da documentação anexa à deliberação, devendo no mínimo ser legível, quer no formato digital, quer em papel. Como todos podemos constatar, o mapa de pessoal não tinha qualquer qualidade de leitura, demonstrando a falta de cuidado que o executivo tem na apresentação da documentação aos deputados desta assembleia.

A primeira alteração ao mapa de pessoal para o ano 2022, surge praticamente 2 meses depois de ter sido aprovada a primeira versão do mapa para o presente ano. Será que em 2 meses houve um acréscimo de trabalho ou de competências que justifiquem uma admissão de 2 técnicos superiores e 48 assistentes operacionais, num valor de 686 mil euros aproximadamente? Para além disso, gostaríamos, também, de saber qual o critério do executivo para a identificação destes postos de trabalho, quer no tipo, quer no número e perceber porque é que não foram identificadas outras necessidades de admissão para outras funções ou até como justificam a necessidade de prever mais 50 lugares no quadro de pessoal e porquê não um número inferior ou até mesmo superior aos 50 lugares? Estas deliberações devem vir bem fundamentadas tecnicamente, esperando-se, no mínimo, que tivessem apresentados os relatórios do levantamento das necessidades de alocação, de recursos humanos por parte dos serviços.

Se esta alteração é para preencher lugares vagos que não podem ser preenchidos em concursos já posteriormente realizados, então, porque é que estavam na primeira versão do mapa de pessoal 2022, aprovado a 29 de dezembro do ano passado? Ou seja, há 2 meses. Ou será que é para acabar com os falsos recibos verdes? Se, assim for, todos sabemos que estas admissões carecem, conforme a lei determina, que os concursos para a admissão sejam abertos a qualquer candidato e cumpra os requisitos e os critérios de seleção pré-definidos. Assim, em nada vão garantir que os falsos recibos verdes, que já trabalham sobre a hierarquia e com horário definido pelo município, sejam os candidatos escolhidos para estes lugares, a não ser que sejam concursos feitos à medida, contornando o disposto da lei. Pressupondo ainda que estes lugares, já anteriormente abertos, em concursos que não foram preenchidos, questionamos a estratégia do município para que a situação não volte a acontecer. Ou será que não há estratégia do executivo e que vai correr o risco de os lugares voltarem a não ser preenchidos?

Uma boa gestão de recursos humanos, quer financeiramente, quer em meios humanos, é fundamental para um aumento de qualidade dos serviços prestados do município, para o aumento do bem-estar de todos e para o equilíbrio das contas e não para encaixar contratações à medida do executivo ou para estar sempre a apagar fogos como se deslumbra na quantidade de obras intermináveis que a cidade e os setubalenses conhecem tão bem.

Vice-Presidente da Câmara – Quero, em nome do executivo municipal, fazer alguns esclarecimentos relativamente às questões que foram colocadas, nomeadamente da necessidade da criação destes novos lugares.

A criação destes novos lugares prende-se com o facto de, no seguimento de alguns concursos que tínhamos em curso, não termos tido candidatos suficientes para o preenchimento dos lugares. Veio-se a verificar no caso dos motoristas, no caso dos pedreiros, no caso dos calceteiros, asfaltadores, entre outros. Tratam-se de profissões operacionais, algumas delas altamente qualificadas, como o caso dos motoristas, em que pelos salários que são oferecidos na Administração Pública, estamos a falar no caso de profissões que têm até que ser certificadas, e que apenas podemos oferecer o salário mínimo e muitas vezes acabamos por ter muitas dificuldades na contratação destes trabalhadores. Eis o motivo, pelos quais, o executivo municipal não consegue captar trabalhadores nesta área, mas não é só o executivo da Câmara de Setúbal, se os senhores deputados municipais tiverem a oportunidade de perceber como é que realmente os recrutamentos têm vindo a funcionar no nosso país, verificamos que nas áreas operacionais existe uma carência muito grande, o que leva muitas vezes a que se entreguem serviços públicos essenciais a outras entidades externas. O caso da Câmara de Setúbal, que na parte de alguns destes serviços operacionais, teve mesmo que fazer essas prestações de serviços.

Quero dizer aos senhores deputados que iremos tentar corrigir a legibilidade do mapa de pessoal, como já tinha dito na comissão. Hoje, através da ferramenta digital, poderá ser mais fácil poder fazer a ampliação, contudo, se não for suficiente, tentaremos imprimir os mapas em A3. O mapa já tinha vindo junto com o orçamento e a questão não tinha sido levantada, mas se existem essas dificuldades, tentaremos colmatar-las para que todos os deputados possam apreciar os documentos em causa. Julgo que as questões foram respondidas.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

4. Deliberação n.º 10/2022/AM – Delib. CM n.º 779/2022 – Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçoilos e adoção de medidas preventivas, após parecer da CCDRLVT – Proc. 58/22

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por maioria, com os votos favoráveis da CDU, do PS e do PSD, a abstenção do CH, do BE e da IL e o voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal irá acompanhar esta proposta, mas queria pedir que se assegure que esta medida de exceção seja aplicada de igual forma, se existirem pedidos para outros projetos de relevância estratégica, pautando-se as decisões por critérios claros e bem definidos e por elevados padrões de transparência.

Ilídio Ferreira (PS) – O artigo 115, n.º 4, do Regulamento do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial define as condições para a suspensão de Planos Territoriais e a condição essencial é que se fique a dever à prossecução de interesses públicos relevantes. Por se tratar aqui de um projeto que entendemos ser de interesse público relevante, o Partido Socialista tem aprovado esta pretensão. Após aprovação pela Câmara em janeiro, a proposta foi apreciada nos termos legais pela CCDR, que entendeu que o articulado regulamentar deveria descrever os índices de ocupação e de edificabilidade quanto à central de produção de hidrogénio verde e que deveria ficar salvaguardado no regulamento que a admissibilidade dos usos na área, apenas se aplicavam aos projetos que motivavam essa suspensão. Estas duas questões tinham sido, de resto, abordadas pelo Partido Socialista em sede de reunião de câmara.

O executivo acolheu, naturalmente, esta posição da CCDR, entendeu-a como razoável e como defendendo a posição do interesse público e, neste momento, o regulamento que é proposto já acolhe exatamente isto. O PS votou favoravelmente, entendendo que se trata de um projeto importante numa área em que o país tem procurado investir e como forma de responder aos desafios das alterações climáticas. De resto, como se sabe, uma das mais importantes apostas deste Governo e do país, quanto aos fundos comunitários e do plano de recuperação e resiliência, é exatamente a aposta nas energias renováveis, como forma de aumentar a nossa autonomia energética e de reduzir as emissões de gases.

Gostaria de salientar que o Plano Diretor Municipal, em vigor, está quase a fazer 28 anos e que algumas das opções de ordenamento tomadas na altura, é natural que estejam ultrapassadas, mas não podemos deixar de nos congratular, eu pessoalmente, com um grande orgulho por um plano aprovado há 28 anos continuar a ser um plano perfeitamente atual para a gestão do município.

Terminaria sobre esta matéria, por referir que as duas questões que tínhamos levantado, como disse estão salvaguardadas no regulamento, em âmbito de comissão foi levantado uma questão, até pelo senhor deputado do Bloco de Esquerda que foi quem mais falou sobre esta matéria, que nos deixa alguma preocupação que é a credibilidade do promotor. Ou seja, a câmara está a apoiar, em nosso entender muito bem, este projeto indo para uma figura excecional, que é a figura da suspensão do plano, é uma figura de exceção, a senhora vereadora manifestou a dificuldade de compreendermos em fazer uma avaliação aprofundada sobre a credibilidade do promotor, porque pode acontecer como já tem acontecido, de se tomar uma decisão desta natureza e depois o promotor acabar por não avançar com investimento. Isto deixa-nos alguma preocupação, o que gostaríamos deixar aqui expresso era um pedido ao Executivo, para que em situações futuras, que possam acontecer, que seja feito uma avaliação rigorosa dos promotores no sentido de verificar a credibilidade deles para levar para a frente destes projetos.

Isabel Conde (PSD) – O PSD gostaria de levantar uma questão, porque a mesma terá sido levantada e formulada em sede de Comissão de Urbanismo e Mobilidade e não obteve resposta. A questão é a seguinte, os prédios rústicos contemplados nesta suspensão parcial do PDM de Setúbal são atualmente propriedade do investidor requerente?

Mariana Crespo (PAN) – Portugal tem-se voltado para a produção de energia solar no esforço para alcançar uma economia neutra em carbono até 2050, uma meta que passou a dominar o discurso político e a visão de sustentabilidade que se deseja atingir.

Até 2050 prevê-se que quase 50% da capacidade instalada do setor electroprodutor nacional seja solar, distribuída de forma semelhante por sistemas centralizados e descentralizados. Reconhecemos o potencial de Portugal para a produção de energia solar e quão relevante é para diminuir a dependência energética do país, é importante caminharmos no sentido de privilegiar a energia solar fotovoltaica face às não renováveis ou a mais barragens. Em conjugação com o aumento da eficiência energética e aposta em mobilidade sustentável, esse é um importante passo para uma sociedade e economia com menos impacto no ambiente. Contudo, a forte proliferação das centrais solares está a acontecer sem estratégia de localização, controlo ou restrições que tenham em conta as características do território. Colocam-se em causa o património natural, os solos mais férteis, os ecossistemas e as vontades das populações que de um dia para o outro vêm a paisagem substituída por painéis solares. A aposta parece estar a ser feita no caminho certo, mas sem regras definidas, repetindo-se os erros de ordenamento do passado. Isto porque, até ao momento, a escolha do local para a central cabe apenas aos promotores, mais ou menos credíveis como aqui já foi referido, baseando-se apenas numa lógica de mercado e de proximidade a pontos de injeção na rede. Os parques solares requerem ocupação de grandes áreas, onde é necessário proceder à remoção do coberto vegetal, limpeza e vedação do terreno, com conseqüente compactação do solo, a alteração das linhas de água, aumento da erosão e redução da biodiversidade. Há ainda a considerar os conflitos com outros usos do território, no presente e no futuro, e as opções de desenvolvimento das comunidades locais.

Ainda que saibamos reconhecer a necessidade de algumas grandes centrais solares, queremos que a prioridade deve ser a produção descentralizada e centrais de média dimensão na proximidade dos centros de consumo, reduzindo perdas no transporte de eletricidade e aproveitando infraestruturas já construídas em áreas urbanizadas e também áreas degradadas. Desta forma, os impactos ambientais são minimizados e os impactos sociais podem até ser positivos na ótica da democratização do sistema energético e empoderamento das comunidades. É fundamental não repetir os erros que ocorreram na implantação de parques de energia eólica, ignorando que a nossa própria experiência nos ensinou. Não podemos continuar a olhar para o nosso território sem estratégia e ficar à mercê de políticas e medidas insuficientemente ponderadas, é importante que seja implementada uma avaliação ambiental estratégica para os projetos de centrais solares fotovoltaicas, tendo em consideração vários cenários de evolução da tecnologia em Portugal a realizar por entidades independentes das empresas promotoras.

A potencial compatibilização de centrais fotovoltaicas com outros usos do território, agrícolas, florestais ou outros deve ser investigada e incluída nos projetos desde a sua génese. Hoje, se a criação de instrumentos que guiem os promotores destes projetos na identificação de áreas onde a instalação destas infraestruturas seja efetivamente uma mais-valia, temos primeiro de saber o que realmente precisamos para cobrir as necessidades energéticas locais e só depois quantas mega centrais precisamos para colmatar as tantas necessidades.

Devemos apostar numa produção descentralizada, destinada ao autoconsumo, uma produção que vai satisfazer as necessidades de consumo, em vez de grandes centrais fotovoltaicas no espaço rural. Para isso, é preciso incentivar os painéis solares junto das famílias, em vez de centrais. Defendemos mais apoios e menos burocracias para a instalação de painéis em edifícios, também é fundamental o papel das autoridades locais dos municípios a inseminar esta tecnologia junto dos seus moradores. Setúbal não pode e não deve seguir os maus exemplos de outros municípios, motivo pelo qual o PAN não irá acompanhar esta proposta.

Vítor Rosa (BE) – Na reunião da Comissão de Urbanismo e Mobilidade decorrida no passado dia 8, a senhora vereadora Rita Carvalho informou que o promotor deste investimento, HYPERION RENEWABLES SOUSEL, não tem, até ao presente momento, a posse do terreno onde está prevista a criação da edificação da central fotovoltaica e da central de hidrogénio verde, situada em Poçoilos. Mais, foi informado que em relação a um eventual estudo de impacto ambiental sobre estas duas centrais, a APA já teria considerado não ser necessário sobre a central fotovoltaica, aguardando-se a opinião ou parecer sobre a central de hidrogénio.

Em pesquisa no site da Rácios, sobre informações deste promotor, constata-se que esta empresa foi formada em 2018, com um capital social de 142 euros e 85 cêntimos. Consultando mais informações a HYPERION RENEWABLES SOUSEL parece ser, eventualmente, uma associada ou reunificação da HYPERION RENEWABLES, empresa fundada por ex. membros executivos e CEOs da EDP, com ligação, em último lugar, à empresa espanhola Endesa.

É para este mundo dos negócios, assente meramente no lucro, que esta suspensão do PDM foi criada e aprovada por unanimidade em reunião da câmara, que a assembleia é auscultada hoje e a dar o seu voto. Um promotor que ainda não avançou na compra do terreno, enquanto esta assembleia não se pronuncia, um promotor com um capital social de 142 euros para um negócio de 35 milhões. A invocação do interesse público no negócio de milhões para empregar 20 trabalhadores durante o ano de construção e de 7 trabalhadores para os 20 a 30 anos de exploração destas duas centrais, na nossa opinião, sendo importante as preocupações com a transição energética, a necessidade da sustentabilidade do território e a sua proteção ambiental, esta suspensão do PDM pouco acrescenta a estas preocupações. A questão da propriedade também se coloca, em que deixamos, mais uma vez, na mão de privados a gestão da produção de energia, deixando ao sabor do mercado preços e custos associados, em relação aos quais sabemos quem pagará no final a fatura maior para sustentar a lucros de alguns.

Perante estas dúvidas, a nossa abstenção sobre esta deliberação.

Alexandre Teles (PSD) – Também deixo aqui algumas dúvidas relativamente a esta deliberação, conhecendo a zona em questão, até aceito que vá para lá de uma central solar, até aceito ou até compreendo, mas uma central de hidrogénio faz-me um pouco de confusão como é que vai para uma zona daquelas.

Não sei se ela já estava definida, mas deveria vir para a zona industrial de Mitrena, quando temos uma zona industrial ao pé do mar, com uma panóplia de infraestruturas, com uma panóplia de vias para servir uma central de hidrogénio. Como sabem uma central de hidrogénio, a matéria prima dela é a água. Não sei se está pensado para aquele local, como é que vão explorar a água ali, se vão utilizar a água da rede pública? Se vão utilizar a água do oceano? Não sei qual é a água que vão utilizar para aquilo, tendo em causa que estamos num momento de seca, devíamos pensar bem. Para já o parecer da APA ainda não veio relativamente à central de hidrogénio, mas podíamos pensar bem.

Isto que o senhor deputado Vítor Rosa chamou a atenção, é um pouco incompreensível como é que a empresa ainda não é proprietária dos terrenos e como é que estamos só a escolher aqueles terrenos para alterar o PDM, porque é que não tudo e depois há um negócio no meio disso.

Presidente da Câmara – Pedia para a senhora vereadora Rita Carvalho poder dar resposta a algumas das questões que foram levantadas.

Vereadora Rita Carvalho – Respondendo às questões colocadas, algumas delas já terão sido abordadas na Comissão de Urbanismo e foram esclarecidas, relativamente à propriedade. A empresa ainda não é proprietária destes terrenos, está previsto, do ponto de vista formal, que não tenha que o ser para submeter os pedidos de informação prévia à câmara e foi o que aconteceu. A câmara, naquilo que é a sua leitura sobre estes procedimentos, faz o enquadramento do ponto de vista do ordenamento e do urbanismo, e o seu enquadramento naquilo que é a estratégia municipal prevista no Plano de Ordenamento, neste caso, em revisão. É dessa forma que se justifica a suspensão do PDM, é que não tendo enquadramento no ordenamento do PDM, em vigor, tem enquadramento no ordenamento do PDM em revisão que foi enviado para ratificação do Conselho de Ministros e que todos nós aprovamos.

Relativamente à verificação das condições ou não de concretização deste projeto, obviamente que queremos que ele se concretize, mas já agora devo dizer, dei este exemplo na Comissão de Urbanismo, quando aprovamos uma moradia e fazemo-lo todos os dias não temos a certeza da sua concretização. Bem sei que estamos a falar de situações diferentes, mas é por acreditarmos que se concretize que suspendemos o PDM e por estarmos convencidos que é uma operação que dignifica e valoriza, não só o território, mas também as questões de energias alternativas que todos temos que fazer um investimento, do ponto de vista particular, mas também do ponto de vista daquilo que pode ser a produção para integrar na rede pública.

Quanto à necessidade do estudo de impacto ambiental, é uma competência da APA e, portanto, aguardamos que a APA informe da necessidade ou não para a central de hidrogénio do procedimento do estudo de impacto ambiental.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH e 1 da IL, 1 voto contra do PAN e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Mário Aranha (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Porque é que votámos a favor desta proposta? Este é um ótimo exemplo de investimento com impactos ambientais muito positivos, representa várias das políticas defendidas pelo Partido Socialista, como seja o investimento feito por privados, mas com apoios estatais e comunitários. Os benefícios económicos e ambientais são evidentes, são estes investimentos que de forma míope e interesseira, o lobby dos combustíveis fósseis ultraliberal ataca. É a favor do futuro ambientalmente e economicamente sustentável que, desde 2005, o PS tem implicado na política energética do país e de que este investimento solar mais hidrogénio tão bem corporiza.*

Relembrar que o PRR tem previsto mais de mil milhões de euros de apoio para projetos de combate às alterações climáticas, onde os promotores são empresas privadas. Imaginemos o verdadeiro caos social que seria, para além dos grandes aumentos dos combustíveis devido à guerra na Ucrânia, estivéssemos dependentes de gás ou carvão para produzir eletricidade ou se não tivéssemos o passe social único. Por isso votamos a favor da proposta de forma convicta e desejamos que estes exemplos se multipliquem pelo concelho, que este voto favorável estimule a Câmara Municipal de Setúbal a procurar junto de mais operadores privados investimentos tão positivos e que esta, enquanto organização, seja ela mesma a promotora de várias iniciativas e investimentos similares.”

Isabel Conde (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “O PSD votou favoravelmente esta proposta, considerando o interesse do investimento avultado e os postos de trabalho que vão ser criados no concelho. No entanto, não deixamos de referir que temos algumas reservas quanto à bondade da opção do procedimento adotado, ou seja, suspender apenas parcialmente o PDM nas áreas dos prédios rústicos indicados que dizem respeito ao projeto de instalação da estação fotovoltaica e da unidade de produção de hidrogénio verde. Não nos parece ser a solução mais adequada, sensata, transparente e equilibrada e de se continuar a instalar indústrias de forma dispersa e casuística em meio rústico do território do concelho.

O PSD entende e defende, em termos de planeamento e coesão do território do concelho, uma visão mais alargada e sustentável através da definição de uma zona operativa mais alargada de modo a contemplar as restantes indústrias existentes em Poçoilos, procurando assim aplicar métodos onde os princípios da igualdade e da proporcionalidade sejam mais justos e transparentes, contribuindo deste modo para a melhoria de ordenamento e para um reforço das infraestruturas da zona, aumentando a qualidade de vida e segurança das populações residentes que assim o exigem e merecem, sempre, em prol do desenvolvimento económico e sustentável do concelho.”

Nuno Carvalho (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “Só para complementar a declaração de voto, muito bem colocada por parte da minha colega Isabel Conde.

Também referir que, do ponto de vista da questão energética, o PSD, naturalmente acompanha esta matéria com a maior das preocupações, até porque temos uma dependência externa energética que, em 2019, ascendia a 74% daquilo que é o total de consumo.

Temos que ter uma séria visão, e sublinho aqui a palavra séria, sobre aquilo que se está a passar, porque do ponto de vista do que é o impacto do custo da energia, ainda que não importemos gás russo, todo o efeito do gás russo afeta aquilo que importamos. Para sermos sérios sobre esta matéria, temos que saber conhecer a dimensão do problema que vai muito além de qualquer tipo de situação que possa ser colocada agora em contexto, porque é colocada à medida dos passes sociais ou outras, porque elas são insuficientes face à magnitude do problema e face ao facto de, até ao momento, não temos uma estratégia que permita retirar esta dependência energética externa.

Sublinhando uma matéria fundamental, Portugal fechou a Central de Sines a carvão, e não devemos ter centrais a carvão, o PSD acompanha esta posição, contudo é importante não esquecer que continuamos a importar energia a carvão, especificamente até aquela que é produzida em Marrocos, em Safi por dois grandes conglomerados chineses que instalaram lá centrais, que não pagam imposto na União Europeia e que é importante para Portugal por via da interligação Marrocos/Espanha e depois de Espanha para Portugal. Nem há como impedir, temos é que saber reconhecer que isso existe e, portanto, temos que olhar para esta matéria sem querer aplicar a isto uma política do Partido Socialista ou Partido Social Democrata, ou do Partido Comunista, mas sim com uma estratégia nacional que temos que combater, senão, vamos todos sofrer.

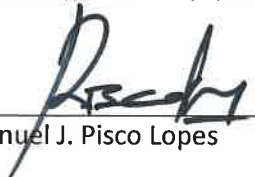
Aqui, não há espaço, enfim, é uma declaração de voto, termino aqui.”

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

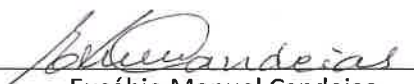
O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas hora e vinte e cinco minutos do dia onze de março, de dois mil e vinte e dois.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, contém trinta e cinco folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,


Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,


Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.